

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	9
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	12
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	15
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	17
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	19
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	20
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	22
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	23
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	24
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	25
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	89
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	91
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	92
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.516.732
Preferenciais	164.014
Total	9.680.746
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	5.154.445	5.002.621
1.01	Ativo Circulante	1.601.890	1.403.624
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.245	1.160
1.01.02	Aplicações Financeiras	461.530	283.769
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	461.530	283.769
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	118.336	102.734
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	343.194	181.035
1.01.03	Contas a Receber	535.629	500.993
1.01.03.01	Clientes	109.414	101.333
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	426.215	399.660
1.01.03.02.01	Ativo de Concessão - Contratual	126.364	116.890
1.01.03.02.02	Ativo de Concessão - Financeiro	299.851	282.770
1.01.04	Estoques	18.169	27.509
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.527	22.117
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.527	22.117
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.629	1.075
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	580.161	567.001
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	489.885	445.567
1.01.08.03	Outros	90.276	121.434
1.02	Ativo Não Circulante	3.552.555	3.598.997
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.678.168	2.688.319
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	7	9
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	7	9
1.02.01.04	Contas a Receber	2.135.432	2.189.170
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	3.912	4.011
1.02.01.04.03	Ativo de Concessão - Contratual	808.945	772.424
1.02.01.04.04	Ativo de Concessão - Financeiro	1.322.575	1.412.735
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	486.260	451.308
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	44.840	12.500
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	68.250	65.568
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	373.170	373.240
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	56.469	47.832
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	6	6
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	54.360	45.722
1.02.01.10.05	Bens e Direitos Destinados a Alienação e Renda	2.103	2.104
1.02.02	Investimentos	308.640	325.065
1.02.02.01	Participações Societárias	308.640	325.065
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	85.448	84.709
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	220.657	237.687
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	2.535	2.669
1.02.03	Imobilizado	529.621	542.917
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	487.989	502.871
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	41.632	40.046
1.02.04	Intangível	36.126	42.696

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1.02.04.01	Intangíveis	36.126	42.696

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	5.154.445	5.002.621
2.01	Passivo Circulante	518.606	658.344
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	42.817	35.761
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	42.817	35.761
2.01.02	Fornecedores	37.800	137.197
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	37.800	137.197
2.01.03	Obrigações Fiscais	19.431	27.439
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	19.282	27.370
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.130	4.517
2.01.03.01.02	Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social - COFINS	7.203	5.511
2.01.03.01.03	Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	949	1.633
2.01.03.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.419	11.459
2.01.03.01.05	Outros	4.581	4.250
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	149	69
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	149	69
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	42.500	38.984
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	42.500	38.984
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.723	6.720
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	35.777	32.264
2.01.05	Outras Obrigações	215.729	244.460
2.01.05.02	Outros	215.729	244.460
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.466	806
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	140.000	140.000
2.01.05.02.04	Obrigações da Concessão	56.445	59.762
2.01.05.02.05	Outros Passivos	17.818	43.892
2.01.06	Provisões	160.329	174.503
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	160.329	174.503
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29.447	36.708
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	128.870	137.355
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	2.012	440
2.02	Passivo Não Circulante	1.973.509	1.971.697
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	559.413	548.359
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	559.413	548.359
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	38.747	43.687
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	520.666	504.672
2.02.02	Outras Obrigações	78.993	72.812
2.02.02.02	Outros	78.993	72.812
2.02.02.02.03	Obrigações da Concessão	18.474	14.371
2.02.02.02.04	Outros Passivos	60.519	58.441
2.02.03	Tributos Diferidos	235.917	257.595
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	235.917	257.595
2.02.04	Provisões	1.099.186	1.092.931
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.099.186	1.092.931
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	5.129	5.053

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	82.773	68.141
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	933.603	943.113
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	77.681	76.624
2.03	Patrimônio Líquido	2.662.330	2.372.580
2.03.01	Capital Social Realizado	915.633	915.633
2.03.04	Reservas de Lucros	1.944.410	1.944.410
2.03.04.01	Reserva Legal	31.176	31.176
2.03.04.02	Reserva Estatutária	62.354	62.354
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	841.576	841.576
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.009.304	1.009.304
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	302.764	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-500.477	-487.463

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	299.111	815.492	251.629	706.669
3.01.01	Suprimento de Energia Elétrica	104.311	280.429	92.272	240.391
3.01.02	Disponibilização do Sistema de Transmissão	234.344	653.704	200.482	632.716
3.01.03	Amortização do Ativo Financeiro	-105.706	-301.917	-99.514	-315.527
3.01.04	Remuneração do Ativo Financeiro	116.960	221.624	54.542	151.531
3.01.05	Energia Elétrica de Curto Prazo	6.919	87.285	23.555	67.043
3.01.06	Receita de Construção	10.184	59.172	32.760	86.326
3.01.07	ICMS	-380	-458	0	0
3.01.08	PIS e COFINS	-31.124	-88.471	-28.257	-82.851
3.01.09	Quota RGR	-681	-2.077	-837	-2.188
3.01.10	Outros Encargos	-3.968	-11.066	-2.505	-9.132
3.01.11	Encargos do Consumidor - P&D/MME/FNDCT	-2.793	-51.986	-2.652	-7.878
3.01.12	Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-22.431	-8.415	-12.898	-35.529
3.01.13	Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	-834	-2.324	-757	-2.343
3.01.14	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-5.690	-20.008	-4.562	-15.890
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-127.997	-394.583	-175.500	-490.362
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-32.194	-77.406	-52.043	-147.707
3.02.02	Custo de Operação	-95.803	-317.177	-123.457	-342.655
3.03	Resultado Bruto	171.114	420.909	76.129	216.307
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.669	-41.874	16.905	-16.433
3.04.01	Despesas com Vendas	1.463	-2.247	-2.043	534
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.682	-69.691	-20.236	-62.360
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.957	15.407	3.137	9.137
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-13.100	-46.243	-234	-43.843
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-10.804	-41.152	800	-39.643
3.04.05.02	Outras Despesas	-2.296	-5.091	-1.034	-4.200
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	19.693	60.900	36.281	80.099
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	160.445	379.035	93.034	199.874

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.06	Resultado Financeiro	-49.124	-42.372	-21.602	-92.256
3.06.01	Receitas Financeiras	23.259	99.018	73.023	105.856
3.06.02	Despesas Financeiras	-72.383	-141.390	-94.625	-198.112
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	111.321	336.663	71.432	107.618
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-21.886	-70.583	-8.664	-31.832
3.08.01	Corrente	-18.180	-87.242	-18.248	-59.221
3.08.02	Diferido	-3.706	16.659	9.584	27.389
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	89.435	266.080	62.768	75.786
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	89.435	266.080	62.768	75.786
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	9,00000	27,00000	6,00000	8,00000
3.99.01.02	PN	9,00000	27,00000	6,00000	8,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	9,00000	27,00000	6,00000	8,00000
3.99.02.02	PN	9,00000	27,00000	6,00000	8,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	89.435	266.080	62.768	75.786
4.02	Outros Resultados Abrangentes	10.411	14.211	-984	-6.264
4.02.01	Varição no Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	13.662	19.322	-1.291	-8.220
4.02.02	Venda de Títulos do Governo	0	-673	0	0
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Outros Resultados Abrangentes	-3.251	-4.438	307	1.956
4.03	Resultado Abrangente do Período	99.846	280.291	61.784	69.522

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	227.754	-44.435
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	503.622	208.127
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	266.080	75.786
6.01.01.02	Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos de Longo Prazo	38.308	79.955
6.01.01.03	Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	23.355	18.232
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-60.900	-80.099
6.01.01.05	Constituição de Provisão para Passivos e Outras	82.979	9.012
6.01.01.06	Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.247	534
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-2.082	-27.389
6.01.01.08	Baixas do Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	161	1.544
6.01.01.09	Variação dos Investimentos em Títulos do Governo	-7.170	-10.012
6.01.01.10	Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	142.293	125.091
6.01.01.11	Encargos de Dívida Provisionados	18.351	15.473
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-251.872	-265.312
6.01.02.01	Concessionárias e Permissionárias	-10.328	18.461
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	20.590	-46.720
6.01.02.03	Dividendos Recebidos	32.996	31.377
6.01.02.04	Estoques	9.340	-4.300
6.01.02.05	Investimentos em Títulos do Governo	-4.711	3.752
6.01.02.06	Pagamentos Antecipados	-554	300
6.01.02.07	Depósitos Judiciais	-8.638	-2.388
6.01.02.08	Ativo Financeiro RBSE	-69.214	-42.074
6.01.02.09	Ativo Contratual	-45.995	0
6.01.02.10	Bens e Direitos Destinado à Alienação	1	-10
6.01.02.11	Contas a Receber	0	153
6.01.02.12	Outros Créditos a Receber	31.329	-254.018
6.01.02.13	Fornecedores	-99.397	2.923
6.01.02.14	Obrigações Trabalhistas	7.056	9.837
6.01.02.15	Provisão para Benefícios a Empregados	-90.898	-19.704
6.01.02.16	Obrigações da Concessão	786	-2.788
6.01.02.17	Dividendos obrigatórios	1.012	0
6.01.02.18	Obrigações Fiscais	-8.008	53.323
6.01.02.19	Pagamento de Encargos de Dívidas	-17.239	-13.436
6.01.03	Outros	-23.996	12.750
6.01.03.03	Outros Passivos	-23.996	12.750
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-38.662	-70.638
6.02.01	Aumento do Investimento	10	-86.021
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-35.022	29.232
6.02.03	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-3.365	79
6.02.04	Aquisição de Ativo Intangível	-285	-13.928
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-24.850	91.212
6.03.01	Incremento de Empréstimos e Financiamentos	0	110.175
6.03.02	Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	-24.850	-18.963

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	164.242	-23.861
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	182.196	281.576
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	346.438	257.715

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	915.633	0	1.944.410	0	-487.463	2.372.580
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	915.633	0	1.944.410	0	-487.463	2.372.580
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	302.764	-13.014	289.750
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	266.080	0	266.080
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	36.684	-13.014	23.670
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	7.123	-7.123	0
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	0	2.424	2.424
5.05.02.08	Varição Líquida no Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	18.649	18.649
5.05.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.439	-4.439
5.05.02.10	Efeito CPC 47	0	0	0	29.561	-29.561	0
5.05.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre RBSE (CPC 47)	0	0	0	0	7.036	7.036
5.07	Saldos Finais	915.633	0	1.944.410	302.764	-500.477	2.662.330

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	588.447	0	2.196.378	0	-460.526	2.324.299
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	588.447	0	2.196.378	0	-460.526	2.324.299
5.04	Transações de Capital com os Sócios	327.186	0	-327.186	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	327.186	0	-327.186	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	84.013	-11.693	72.320
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	75.786	0	75.786
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	8.227	-11.693	-3.466
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	8.227	-8.227	0
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	0	2.798	2.798
5.05.02.08	Varição Líquida de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-8.220	-8.220
5.05.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.956	1.956
5.07	Saldos Finais	915.633	0	1.869.192	84.013	-472.219	2.396.619

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	1.008.364	867.951
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.000.296	862.480
7.01.02	Outras Receitas	10.316	4.937
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.248	534
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-168.442	-267.502
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-77.405	-147.706
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-31.703	-26.336
7.02.04	Outros	-59.334	-93.460
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-2.242	-1.835
7.02.04.02	Outras Despesas Operacionais	2.080	-5.299
7.02.04.03	Custo de Construção	-59.172	-86.326
7.03	Valor Adicionado Bruto	839.922	600.449
7.04	Retenções	-73.793	-58.403
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-22.510	-17.430
7.04.02	Outras	-51.283	-40.973
7.04.02.01	Provisões	-51.283	-40.973
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	766.129	542.046
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	159.918	185.955
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	60.900	80.099
7.06.02	Receitas Financeiras	99.018	105.856
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	926.047	728.001
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	926.047	728.001
7.08.01	Pessoal	226.552	232.386
7.08.01.01	Remuneração Direta	111.623	113.026
7.08.01.02	Benefícios	19.489	23.118
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.012	10.021
7.08.01.04	Outros	85.428	86.221
7.08.01.04.01	Plano de Benefícios Previdenciais	78.076	78.832
7.08.01.04.02	Compromissos Previdenciais	7.352	7.389
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	287.124	217.277
7.08.02.01	Federais	283.695	215.865
7.08.02.02	Estaduais	794	780
7.08.02.03	Municipais	2.635	632
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	146.291	202.552
7.08.03.02	Aluguéis	4.901	4.440
7.08.03.03	Outras	141.390	198.112
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	141.390	198.112
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	266.080	75.786
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	266.080	75.786

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	5.243.364	5.098.548
1.01	Ativo Circulante	1.593.620	1.397.309
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.487	1.631
1.01.02	Aplicações Financeiras	463.277	287.703
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	463.277	287.703
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	118.336	102.734
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	344.941	184.969
1.01.03	Contas a Receber	540.248	501.810
1.01.03.01	Clientes	110.976	101.551
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	429.272	400.259
1.01.03.02.01	Ativo de Concessão - Contratual	129.421	117.489
1.01.03.02.02	Ativo de Concessão - Financeiro	299.851	282.770
1.01.04	Estoques	18.169	27.509
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.690	22.279
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.690	22.279
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.710	1.107
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	565.039	555.270
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	489.885	445.567
1.01.08.03	Outros	75.154	109.703
1.02	Ativo Não Circulante	3.649.744	3.701.239
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.985.037	3.017.945
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	7	9
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	7	9
1.02.01.04	Contas a Receber	2.485.061	2.559.404
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	90.888	105.676
1.02.01.04.03	Ativo de Concessão - Contratual	1.071.598	1.040.993
1.02.01.04.04	Ativo de Concessão - Financeiro	1.322.575	1.412.735
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	418.010	385.740
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	44.840	12.500
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	373.170	373.240
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	81.959	72.792
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	6	6
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	79.850	70.682
1.02.01.10.05	Bens e Direitos Destinados a Alienação e Renda	2.103	2.104
1.02.02	Investimentos	-36.163	-37.260
1.02.02.01	Participações Societárias	-36.163	-37.260
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	88.336	87.239
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	-124.499	-124.499
1.02.03	Imobilizado	664.366	677.480
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	471.436	486.318
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	192.930	191.162
1.02.04	Intangível	36.504	43.074
1.02.04.01	Intangíveis	36.504	43.074

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	5.243.364	5.098.548
2.01	Passivo Circulante	527.697	671.884
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	42.820	35.773
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	42.820	35.773
2.01.02	Fornecedores	44.066	142.923
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	44.066	142.923
2.01.03	Obrigações Fiscais	21.894	29.979
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	21.745	29.910
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.722	6.337
2.01.03.01.02	Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social - COFINS	7.203	5.511
2.01.03.01.03	Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	949	1.633
2.01.03.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.193	12.142
2.01.03.01.05	Outros	4.678	4.287
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	149	69
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	149	69
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	42.500	38.984
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	42.500	38.984
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.723	6.720
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	35.777	32.264
2.01.05	Outras Obrigações	216.088	249.722
2.01.05.02	Outros	216.088	249.722
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.466	806
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	140.000	140.000
2.01.05.02.04	Obrigações da Concessão	56.445	59.762
2.01.05.02.05	Outros Passivos	18.177	49.154
2.01.06	Provisões	160.329	174.503
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	160.329	174.503
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29.447	36.708
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	128.870	137.355
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	2.012	440
2.02	Passivo Não Circulante	2.038.389	2.037.846
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	559.413	548.359
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	559.413	548.359
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	38.747	43.687
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	520.666	504.672
2.02.02	Outras Obrigações	141.152	136.240
2.02.02.02	Outros	141.152	136.240
2.02.02.02.03	Obrigações da Concessão	18.474	14.371
2.02.02.02.04	Outros Passivos	122.678	121.869
2.02.03	Tributos Diferidos	235.917	257.595
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	235.917	257.595
2.02.04	Provisões	1.101.907	1.095.652
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.101.907	1.095.652
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	5.129	5.053

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	85.494	70.862
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	933.603	943.113
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	77.681	76.624
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.677.278	2.388.818
2.03.01	Capital Social Realizado	915.633	915.633
2.03.04	Reservas de Lucros	1.944.410	1.944.410
2.03.04.01	Reserva Legal	31.176	31.176
2.03.04.02	Reserva Estatutária	62.354	62.354
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	841.576	841.576
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.009.304	1.009.304
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	302.764	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-500.477	-487.463
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	14.948	16.238

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	303.563	843.005	267.175	741.613
3.01.01	Suprimento de Energia Elétrica	104.333	280.582	92.272	240.649
3.01.02	Disponibilização do Sistema de Transmissão	234.344	653.704	200.179	632.716
3.01.03	Amortização do Ativo Financeiro	-105.706	-301.917	-99.515	-315.527
3.01.04	Remuneração do Ativo Financeiro	122.499	241.445	68.735	171.062
3.01.05	Energia Elétrica de Curto Prazo	6.919	87.285	23.555	67.043
3.01.06	Receita de Construção	9.323	67.259	34.447	101.599
3.01.07	ICMS	-380	-458	0	0
3.01.08	PIS e COFINS	-31.373	-89.019	-28.287	-82.969
3.01.09	Quota RGR	-681	-2.077	-838	-2.188
3.01.10	Outros Encargos	-3.967	-11.066	-2.505	-9.132
3.01.11	Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-22.431	-51.986	-12.897	-35.529
3.01.12	Encargos do Consumidor - P&D/MME/FNDCT	-2.793	-8.415	-2.652	-7.878
3.01.13	Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	-834	-2.324	-757	-2.343
3.01.14	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-5.690	-20.008	-4.562	-15.890
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-139.139	-438.278	-189.425	-517.996
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-32.194	-77.406	-52.043	-147.707
3.02.02	Custo de Operação	-106.945	-360.872	-137.382	-370.289
3.03	Resultado Bruto	164.424	404.727	77.750	223.617
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.392	-26.639	15.389	-23.184
3.04.01	Despesas com Vendas	1.463	-2.247	-2.043	534
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.227	-71.486	-20.583	-63.506
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.957	15.407	3.138	9.139
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-13.100	-46.243	-248	-43.871
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-10.804	-41.152	786	-39.671
3.04.05.02	Outras Despesas	-2.296	-5.091	-1.034	-4.200
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	26.515	77.930	35.125	74.520
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	160.032	378.088	93.139	200.433

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.06	Resultado Financeiro	-49.098	-42.376	-21.583	-92.263
3.06.01	Receitas Financeiras	23.315	99.119	73.060	105.946
3.06.02	Despesas Financeiras	-72.413	-141.495	-94.643	-198.209
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	110.934	335.712	71.556	108.170
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-22.026	-70.921	-8.682	-31.907
3.08.01	Corrente	-18.319	-87.580	-18.268	-59.296
3.08.02	Diferido	-3.707	16.659	9.586	27.389
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	88.908	264.791	62.874	76.263
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	88.908	264.791	62.874	76.263
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	89.435	266.080	62.768	75.786
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-527	-1.289	106	477
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	9,00000	27,00000	6,00000	8,00000
3.99.01.02	PN	9,00000	27,00000	6,00000	8,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	9,00000	27,00000	6,00000	8,00000
3.99.02.02	PN	9,00000	27,00000	6,00000	8,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	88.908	264.791	62.874	76.263
4.02	Outros Resultados Abrangentes	10.411	14.211	-984	-6.264
4.02.01	Varição no Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	13.662	19.322	-1.291	-8.220
4.02.02	Venda de Títulos do Governo	0	-673	0	0
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Outros Resultados Abrangentes	-3.251	-4.438	307	1.956
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	99.319	279.002	61.890	69.999
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	99.846	280.291	61.784	69.522
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-527	-1.289	106	477

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	218.602	-89.768
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	496.848	209.184
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	264.791	76.263
6.01.01.02	Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo	38.308	79.955
6.01.01.03	Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	23.355	18.232
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-77.930	-74.522
6.01.01.05	Constituição de Provisão para Passivos e Outras	82.979	9.012
6.01.01.07	Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.247	534
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-2.082	-27.389
6.01.01.09	Baixas do Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	161	1.544
6.01.01.10	Varição dos Investimentos em Títulos do Governo	-7.170	-10.012
6.01.01.11	Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE	142.293	125.091
6.01.01.12	Encargos de Dívida Provisionados	18.351	15.473
6.01.01.13	Outros	11.545	-4.997
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-254.249	-296.909
6.01.02.01	Concessionárias e Permissionárias	-11.672	18.644
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	20.590	-46.737
6.01.02.03	Aplicações Financeiras de Longo Prazo	32.996	31.377
6.01.02.04	Estoques	9.340	-4.300
6.01.02.05	Investimentos em Títulos do Governo	-4.711	3.752
6.01.02.06	Pagamentos Antecipados	-604	340
6.01.02.07	Depósitos Judiciais	-9.168	-27.404
6.01.02.08	Ativo Financeiro RBSE	-69.214	-42.074
6.01.02.09	Ativo Contratual	-45.995	0
6.01.02.10	Bens e Direitos Destinados à Alienação	1	-10
6.01.02.11	Contas a Receber	0	153
6.01.02.12	Outros Créditos a Receber	31.327	-254.046
6.01.02.13	Fornecedores	-99.350	-670
6.01.02.14	Obrigações Trabalhistas	7.047	9.832
6.01.02.15	Provisão para Benefícios a Empregados	-90.898	-19.704
6.01.02.16	Obrigações da Concessão	786	-2.788
6.01.02.17	Obrigações Fiscais	-8.571	50.150
6.01.02.18	Pagamento de Encargos de Dívidas	-17.238	-13.436
6.01.02.19	Obrigações Estimadas	72	12
6.01.02.20	Dividendos Obrigatórios	1.013	0
6.01.03	Outros	-23.997	-2.043
6.01.03.03	Outros Passivos	-23.997	-2.043
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-46.756	1.994
6.02.01	Aumento de Investimentos	10	-86.021
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-34.847	130.697
6.02.03	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-11.634	-28.754
6.02.04	Aquisição de Ativo Intangível	-285	-13.928
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.021	61.827

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.03.01	Incremento de Empréstimos e Financiamentos	0	110.175
6.03.02	Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	-24.850	-18.963
6.03.03	Integralização de Capital Social	0	50.851
6.03.04	Partes Relacionadas	14.829	-80.236
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	161.825	-25.947
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	186.601	285.333
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	348.426	259.386

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	915.633	0	1.944.410	0	-487.463	2.372.580	16.238	2.388.818
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	915.633	0	1.944.410	0	-487.463	2.372.580	16.238	2.388.818
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	302.764	-13.014	289.750	-1.290	288.460
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	266.080	0	266.080	-1.290	264.790
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	36.684	-13.014	23.670	0	23.670
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	7.123	-7.123	0	0	0
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	0	2.424	2.424	0	2.424
5.05.02.08	Variação Líquida no Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	18.649	18.649	0	18.649
5.05.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.439	-4.439	0	-4.439
5.05.02.10	Efeito CPC 47	0	0	0	29.561	-29.561	0	0	0
5.05.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre RBSE (CPC 47)	0	0	0	0	7.036	7.036	0	7.036
5.07	Saldos Finais	915.633	0	1.944.410	302.764	-500.477	2.662.330	14.948	2.677.278

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	588.447	0	2.196.378	0	-460.526	2.324.299	14.315	2.338.614
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	588.447	0	2.196.378	0	-460.526	2.324.299	14.315	2.338.614
5.04	Transações de Capital com os Sócios	327.186	0	-327.186	0	0	0	1.711	1.711
5.04.01	Aumentos de Capital	327.186	0	-327.186	0	0	0	1.711	1.711
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	84.013	-11.693	72.320	475	72.795
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	75.786	0	75.786	475	76.261
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	8.227	-11.693	-3.466	0	-3.466
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	8.227	-8.227	0	0	0
5.05.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Custo Atribuído dos Ativos	0	0	0	0	2.798	2.798	0	2.798
5.05.02.08	Variação Líquida de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-8.220	-8.220	0	-8.220
5.05.02.09	IR e CS sobre a Variação Líquida no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	0	0	1.956	1.956	0	1.956
5.07	Saldos Finais	915.633	0	1.869.192	84.013	-472.219	2.396.619	16.501	2.413.120

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	1.036.426	903.013
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.028.357	897.542
7.01.02	Outras Receitas	10.316	4.937
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.247	534
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-213.057	-295.615
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-77.405	-147.706
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-35.444	-27.007
7.02.04	Outros	-100.208	-120.902
7.02.04.01	Outras Operacionais	-2.242	-1.835
7.02.04.02	Custo de Construção	-79.081	-113.582
7.02.04.03	Outras Despesas Operacionais	-18.885	-5.485
7.03	Valor Adicionado Bruto	823.369	607.398
7.04	Retenções	-73.794	-58.403
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-22.510	-17.430
7.04.02	Outras	-51.284	-40.973
7.04.02.01	Provisões	-51.284	-40.973
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	749.575	548.995
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	177.049	180.467
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	77.930	74.521
7.06.02	Receitas Financeiras	99.119	105.946
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	926.624	729.462
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	926.624	729.462
7.08.01	Pessoal	227.353	232.968
7.08.01.01	Remuneração Direta	112.414	113.601
7.08.01.02	Benefícios	19.499	23.126
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.012	10.021
7.08.01.04	Outros	85.428	86.220
7.08.01.04.01	Plano de Benefícios Previdenciais	78.076	78.832
7.08.01.04.02	Compromissos Previdenciais	7.352	7.388
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	288.083	217.554
7.08.02.01	Federais	284.654	216.142
7.08.02.02	Estaduais	794	780
7.08.02.03	Municipais	2.635	632
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	146.397	202.677
7.08.03.02	Aluguéis	4.901	4.468
7.08.03.03	Outras	141.496	198.209
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	141.496	198.209
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	264.791	76.263
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	264.791	76.263

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO Desempenho Econômico-Financeiro

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração dos Resultados dos períodos findos 30/09/19 e 30/09/18	3T2019	3T2018	Δ %	9M2019	9M2018	Δ %
Receita Operacional Bruta	367.012	304.098	20,69	1.000.297	862.480	15,98
Deduções da Receita Operacional	(67.901)	(52.468)	29,41	(184.805)	(155.811)	18,61
Receita Operacional Líquida	299.111	251.629	18,87	815.492	706.669	15,40
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(127.997)	(175.500)	(27,07)	(394.583)	(490.362)	(19,53)
Custo com Energia Elétrica	(32.194)	(52.043)	(38,14)	(77.406)	(147.707)	(47,59)
Custo de Operação	(95.803)	(123.457)	(22,40)	(317.177)	(342.655)	(7,44)
Lucro Operacional Bruto	171.114	76.129	124,77	420.909	216.307	94,59
Despesas Operacionais	(32.023)	(21.479)	49,09	(113.090)	(101.469)	11,45
Outras Receitas	3.957	3.137	26,16	15.407	9.137	68,63
Outras Despesas	(2.296)	(1.034)	122,07	(5.091)	(4.200)	21,21
Resultado do Serviço	140.751	56.753	148,00	318.135	119.775	165,61
Depreciação e Amortização	7.558	6.115	23,61	22.781	17.706	28,66
Resultado de Participações Societárias	19.693	36.281	(45,72)	60.900	80.099	(23,97)
EBITDA	148.309	62.868	135,91	340.916	137.481	147,97
Margem EBITDA	4,51%	3,06%	47,37	41,80%	19,45%	114,88
Receita/Despesa Financeira	(49.124)	(21.602)	127,40	(42.373)	(92.256)	(54,07)
IR e CS	(21.885)	(8.664)	152,61	(70.582)	(31.832)	121,73
Resultado Líquido do Período	89.435	62.768	42,48	266.080	75.786	251,09

Receita Operacional Líquida – NE 30

A receita operacional líquida representa a diferença entre a receita bruta e as deduções da receita operacional.

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta é o valor faturado pela empresa em suas operações. No 3T2019 a receita operacional bruta da CEEE-GT foi de R\$367.012, 20,69% superior ao 3T2018. As principais variações são explicadas por:

- Impacto positivo devido ao aumento de (i) R\$12.039 na receita de suprimento de energia elétrica; (ii) R\$33.862 na receita de disponibilização do sistema de transmissão; (iii) R\$62.418 na remuneração do ativo financeiro; compensado por:
- Impacto negativo devido a redução de (i) R\$22.578 com a receita de construção devido aos menores investimentos realizados em comparação ao período anterior e (ii) R\$16.636 na receita com a venda de energia no mercado de curto prazo.

No 9M2019 a receita operacional bruta foi de R\$1.000.297, 15,98% superior ao registrado no mesmo período de 2018, que foi de R\$862.480. As principais variações são explicadas por:

- Impacto positivo devido ao aumento de (i) R\$40.038 na receita de suprimento de energia elétrica; (ii) R\$20.988 na receita de disponibilização do sistema de transmissão; (iii) R\$70.093 na remuneração do ativo financeiro e (iv) R\$20.242 na receita com a venda de energia no mercado de curto prazo; parcialmente compensado por:
- Impacto negativo devido à redução de R\$27.154 com a receita de construção devido aos menores investimentos realizados em comparação ao período anterior.

Deduções da Receita Operacional

Comentário do Desempenho

As deduções totalizaram R\$67.901 no 3T2019, um aumento de R\$ 29,41% em relação ao apresentado no 3T2018. O aumento de R\$15.433 é explicado, principalmente pelo aumento (i) aumento dos impostos sobre o faturamento (PIS e COFINS); (ii) aumento dos encargos do consumidor e outros encargos.

No acumulado do 9M2019 as deduções da receita operacional aumentaram 18,61%, passando de R\$155.811 em 9M2018 para R\$184.805. O aumento de R\$28.994 é explicado, principalmente, por (i) aumento dos impostos sobre o faturamento (PIS e COFINS); (ii) aumento de R\$16.457 da conta de CDE.

Custo do Serviço de Energia Elétrica

O Custo do Serviço de Energia Elétrica compreende os custos necessários para a realização dos objetivos da atividade da empresa, inclui todos os gastos incorridos diretamente na produção e na prestação de serviços, e divide-se em Custo com Energia Elétrica e Custo de Operação.

Custo com Energia Elétrica – NE 31

Os custos com energia elétrica totalizaram R\$32.194 no 3T2019, uma redução de 27,07% em comparação ao 3T2018 (R\$52.043). Este decréscimo é decorrente da redução de R\$19.848 nos custos com energia comprada para revenda

No acumulado do 9M2019 os custos com energia elétrica apresentaram um decréscimo de 47,59%, passando de R\$147.707 no 9M2018 para R\$77.406, devido a redução de (i) R\$75.969 nos custos com energia comprada para revenda devido, principalmente, ao registro e janeiro de 2018 do complemento à despesa de GSF, despesa não recorrente em 2019.

Custo de Operação – NE 32

No 3T2019, os custos de operação totalizaram R\$95.803 apresentando uma redução de 22,40% em comparação do 3T2018 (R\$123.457). Esta variação deve-se, principalmente:

- A redução de R\$5.753 nos custos com pessoal; e
- A redução de R\$22.578 dos custos de construção devido aos menores investimentos realizados em comparação ao período anterior.

No acumulado do ano, os custos de operação totalizaram R\$317.177 no 9M2019, representando uma redução de 7,44% em comparação ao 9M2018 (R\$342.655). Esta variação deve-se, principalmente:

- A redução de R\$3.742 nos custos com pessoal;
- A redução de R\$27.154 dos custos de construção devido aos menores investimentos realizados em comparação ao período anterior.

Custos e Despesas Operacionais – NE 32

As despesas operacionais são os gastos para a manutenção da atividade da empresa, inclui as despesas com vendas, administrativas e outras despesas operacionais.

No 3T2019 as despesas operacionais totalizaram R\$32.023 e um aumento de 49,09% se comparado ao 3T2018 (R\$21.479). As principais variações são explicadas:

- Pelo aumento de R\$1.980 nos custos de depreciação e amortização das despesas gerais e administrativas, devido à unitização do sistema corporativo CONVEX em 2018;

No 9M2019 as despesas operacionais totalizaram R\$113.090 e um aumento de 11,45% se comparado ao 9M2018 (R\$101.469). As principais variações são explicadas por:

- Ao aumento de R\$5.860 nos custos de depreciação e amortização das despesas gerais e administrativas, devido à unitização do sistema corporativo CONVEX em 2018;

Comentário do Desempenho

EBITDA

EBITDA	3T19	3T18	3T19 X 3T18		9M19	9M18	9M19 X 9M18	
			R\$	%			R\$	%
Receita Operacional Líquida	299.111	251.629	47.482	18,87%	815.492	706.669	108.823	15,40%
(-) Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(127.997)	(175.500)	47.503	-27,07%	(394.583)	(490.362)	95.779	-19,53%
(-) Despesas/Receitas Operacionais (*)	(30.362)	(19.376)	(10.986)	56,70%	(102.774)	(96.532)	(6.242)	6,47%
= Resultado Operacional	140.751	56.753	83.998	148,01%	318.135	119.775	198.360	165,61%
(+) Depreciação/Amortização	7.558	6.115	1.444	23,61%	22.781	17.706	5.074	28,66%
EBITDA	148.309	62.868	(74.477)	135,91%	340.916	137.481	203.435	147,97%

(*) Na composição das Despesas/Receitas Operacionais não são consideradas as receitas e despesas financeiras e o Resultado da Equivalência Patrimonial.

Em linhas gerais, o EBITDA representa o quanto a empresa gera de recursos considerando apenas as suas atividades operacionais, isto é, o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização. O EBITDA foi apurado pela Companhia e conciliado com suas Informações trimestrais, observando as disposições da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

O EBITDA reportado pela CEEE-GT registrou R\$148.309 no 3T2019, representando uma variação de 135,91% em comparação com o EBITDA apresentado no 3T2018 (R\$62.868), destacando-se, principalmente:

- O aumento da Receita Operacional Líquida em R\$47.482;
- A redução dos custos do serviço de energia elétrica R\$47.503;
- Compensados pelo aumento das receitas/despesas operacionais em R\$10.986.

No acumulado do 9M2019 a CEEE-GT registrou o EBITDA de R\$340.916 representando a melhora de 147,97% se comparado com o 9M2018 (R\$137.481), destacando-se principalmente as seguintes variações:

- O aumento da Receita Operacional Líquida em R\$108.823;
- A redução dos custos do serviço de energia elétrica R\$95.779;
- Compensados pelo aumento das receitas/despesas operacionais em R\$6.242.

Resultado Financeiro – NE 34

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	3T19	3T18	3T19 X 3T18		9M19	9M18	9M19 X 9M18	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	4.348	6.889	(2.540)	-36,87%	10.786	19.288	(8.501)	-44,08%
Variações Monetárias - Receitas	8.809	54.798	(45.989)	-83,92%	54.959	63.528	(8.569)	-13,49%
Atualização NTNBS	1.626	3.366	(1.740)	-51,70%	8.991	10.012	(1.021)	-10,20%
Outras Receitas	10.765	13.954	(3.189)	-22,85%	26.571	19.012	7.559	39,76%
Variações Monetárias - Despesas	(50.857)	(71.583)	20.725	-28,95%	(93.227)	(138.883)	45.655	-32,87%
Encargos de dívida	(5.975)	(9.835)	3.860	-39,25%	(18.455)	(19.317)	862	-4,46%
Recontabilização CCEE	(45)	(7.392)	7.346	-99,39%	(2.709)	(28.122)	25.412	-90,37%
Outras Despesas	(17.795)	(11.798)	(5.997)	50,83%	(29.289)	(17.773)	(11.516)	64,79%
Total	(49.124)	(21.602)	(27.522)	127,41%	(42.373)	(92.256)	49.883	-54,07%

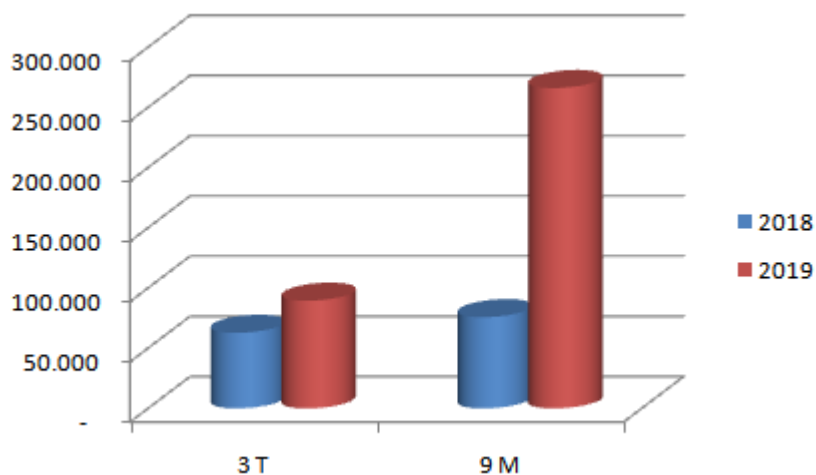
No 3T2019 a Companhia registrou um resultado financeiro negativo de R\$49.124, 127,41% maior que o registrado no 3T2018 (R\$21.602), impactado, principalmente, pelas variações monetárias e cambiais dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira

Comentário do Desempenho

No 9M2019 a CEEE-GT registrou um resultado financeiro negativo de R\$42.373 e uma variação positiva em R\$49.883 se comparado ao 9M2018 (R\$92.256). As principais variações que impactaram o resultado financeiro no período foram: (i) as variações monetárias e cambiais dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

Resultado do Período

O resultado líquido no 3T2019 foi de R\$89.435, apresentado a variação de 42,48% comparada ao 3T2018 (R\$62.768). Para o 9M2019 a CEEE-GT apresentou o resultado líquido de R\$266.080, maior 251,09%, comparado ao 9M2018 (R\$75.786).



Notas Explicativas

Demonstração do Resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota Explicativa		CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
		01/07/2019 à 30/09/2019	01/01/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018	01/07/2019 à 30/09/2019	01/01/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018
				Reapresentado	Reapresentado			Reapresentado	Reapresentado
	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	299.111	815.492	251.629	706.669	303.563	843.005	267.175	741.613
	CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(127.997)	(394.583)	(175.500)	(490.362)	(139.139)	(438.279)	(189.425)	(517.996)
	Custo com Energia Elétrica	(32.194)	(77.406)	(52.043)	(147.707)	(32.194)	(77.406)	(52.043)	(147.707)
	Custo de Operação	(95.803)	(317.177)	(123.457)	(342.655)	(106.945)	(360.872)	(137.382)	(370.289)
	RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	171.114	420.909	76.129	216.307	164.424	404.727	77.750	223.617
	Despesas Operacionais	(32.023)	(113.090)	(21.479)	(101.469)	(32.568)	(114.885)	(21.840)	(102.643)
	Despesas com Vendas	1.463	(2.247)	(2.043)	534	1.463	(2.247)	(2.043)	534
	Despesas Gerais e Administrativas	(22.682)	(69.691)	(20.236)	(62.360)	(23.227)	(71.486)	(20.583)	(63.506)
	Outras Despesas Operacionais	(10.804)	(41.152)	800	(39.643)	(10.804)	(41.152)	786	(39.671)
	Outras Receitas	3.957	15.407	3.137	9.137	3.957	15.407	3.138	9.138
	Outras Despesas	(2.296)	(5.091)	(1.034)	(4.200)	(2.296)	(5.091)	(1.034)	(4.200)
	RESULTADO DO SERVIÇO	140.751	318.135	56.753	119.775	133.516	300.158	58.014	125.912
	Resultado de Participações Societárias	19.693	60.900	36.281	80.099	26.515	77.930	35.125	74.520
	Resultado Financeiro, Líquido	(49.124)	(42.373)	(21.602)	(92.256)	(49.098)	(42.376)	(21.583)	(92.263)
	Resultado Operacional	111.321	336.662	71.432	107.618	110.934	335.712	71.556	108.170
	RESULTADO ANTES DO IR E CS	111.321	336.662	71.432	107.618	110.934	335.712	71.556	108.170
	Imposto de Renda Corrente	(13.254)	(63.675)	(13.261)	(43.183)	(13.344)	(63.892)	(13.305)	(43.227)
	Imposto de Renda Diferido	(2.725)	12.249	7.047	20.139	(2.725)	12.249	7.048	20.139
	Contribuição Social Corrente	(4.926)	(23.566)	(4.987)	(16.038)	(4.975)	(23.688)	(4.963)	(16.069)
	Contribuição Social Diferida	(981)	4.410	2.537	7.250	(981)	4.410	2.537	7.250
	LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	89.435	266.080	62.768	75.786	88.908	264.791	62.874	76.263
	Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$	9,24	27,49	6,48	7,83	9,18	27,35	6,49	7,88
	Lucro Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$	9,24	27,49	6,48	7,83	9,18	27,35	6,49	7,88
	Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora	-	-	-	-	89.435	266.080	62.768	75.786
	Atribuído ao Acionista Não Controlador	-	-	-	-	(527)	(1.289)	106	477

As notas explicativas da administração são parte integrante das Informações Trimestrais

Demonstração do Resultado Abrangente

(Valores expressos em milhares de reais)

Nota Explicativa	CONTROLADORA				CONSOLIDADO					
	01/07/2019 à 30/09/2019	01/01/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018	01/07/2019 à 30/09/2019	01/01/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018		
	LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	89.435	266.080	62.768	75.786	88.908	264.791	62.874	76.263	
	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	10.411	14.211	(984)	(6.264)	10.411	14.211	(984)	(6.264)	
	Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	10	13.662	19.322	(1.291)	(8.220)	13.662	19.322	(1.291)	(8.220)
	Venda de Títulos do Governo	10	-	(673)	-	-	(673)	-	-	
	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes	10	(3.251)	(4.438)	307	1.956	(3.251)	(4.438)	307	1.956
	RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	99.846	280.291	61.784	69.522	99.319	279.002	61.890	69.999	
	Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora					99.846	280.291	61.784	69.522	
	Atribuído ao Acionista Não Controlador					(525)	(1.289)	106	477	

As notas explicativas da administração são parte integrante das Informações Trimestrais

Notas Explicativas

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota Explicativa	CONTROLADORA								CONSOLIDADO			
	Capital Social Integralizado	Reserva de Lucro						Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos	
		Reserva de capital	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva			Participação dos Não Controladores				Total	
				Reserva Legal	Dividendos não Distribuídos	Reserva Estatutária						
Saldos em 31/12/2017	588.447	327.186	1.009.304	20.415	604.136	40.832	194.505	-	(460.526)	2.324.299	14.315	2.338.614
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	75.786	-	75.786	475	76.261
Integralização de capital	327.186	(327.186)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.711	1.711
Outros resultados abrangentes												
Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	10	-	-	-	-	-	-	-	(8.220)	(8.220)	-	(8.220)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	10	-	-	-	-	-	-	-	1.956	1.956	-	1.956
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	-	(6.264)	(6.264)	-	(6.264)
Ajuste de Avaliação Patrimonial												
Realização do custo atribuído dos ativos		-	-	-	-	-	-	8.227	(8.227)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos		-	-	-	-	-	-	-	2.798	2.798	-	2.798
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	8.227	(5.429)	2.798	-	2.798
Saldos em 30/09/2018	915.633	-	1.009.304	20.415	604.136	40.832	194.505	84.013	(472.219)	2.396.619	16.501	2.413.120

Nota Explicativa	CONTROLADORA								CONSOLIDADO			
	Capital Social Integralizado	Reserva de Lucro						Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos	
		Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Reserva			Participação dos Não Controladores				Total	
				Dividendos não Distribuídos	Reserva Estatutária	Reserva Legal						
Saldos em 31/12/2018	915.633	1.009.304	31.176	841.576	62.354	-	(487.463)	2.372.580	16.238	2.388.818		
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	266.080	-	266.080	(1.290)	264.790		
Outros resultados abrangentes												
Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	10	-	-	-	-	-	18.649	18.649	-	18.649		
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	10	-	-	-	-	-	(4.439)	(4.439)	-	(4.439)		
Efeitos do CPC 47		-	-	-	-	29.561	(29.561)	-	-	-		
Imposto de renda e contribuição social sobre RBSE (CPC 47)		-	-	-	-	-	7.036	7.036	-	7.036		
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	-	-	29.561	(8.315)	21.246	-	21.246		
Ajuste de Avaliação Patrimonial												
Realização do custo atribuído dos ativos		-	-	-	-	7.123	(7.123)	-	-	-		
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos		-	-	-	-	-	2.424	2.424	-	2.424		
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	7.123	(4.699)	2.424	-	2.424		
Saldos em 30/09/2019	915.633	1.009.304	31.176	841.576	62.354	302.764	(500.477)	2.662.330	14.948	2.677.278		

As notas explicativas da administração são parte integrante das Informações Trimestrais

Notas Explicativas

Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
			Reapresentado		Reapresentado
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício		266.080	75.786	264.791	76.263
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa					
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo		38.308	79.955	38.308	79.955
Encargos de Dívidas Provisionados.....		18.351	15.473	18.351	15.473
Depreciação e Amort. de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	31	23.355	18.232	23.355	18.232
Resultado de Equivalência Patrimonial		(60.900)	(80.099)	(77.930)	(74.522)
Constituição de Provisão para Passivos e Outras		82.979	9.012	82.979	9.012
Constituição de Provisão Para Perda Estimada com Créd. de Liquidação Duvidosa	31	2.247	534	2.247	534
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(2.082)	(27.389)	(2.082)	(27.389)
Baixa de Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível		161	1.544	161	1.544
Varição dos Investimentos em Títulos do Governo	10	(7.170)	(10.012)	(7.170)	(10.012)
Indenização Rede Básica Sistema Existente - RBSE		142.293	125.091	142.293	125.091
Outros		-	-	11.545	(4.997)
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES		503.622	208.127	496.848	209.184
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante					
		(45.184)	(295.467)	(47.108)	(320.305)
Concessionárias e Permissionárias		(10.328)	18.461	(11.672)	18.644
Tributos a Recuperar		20.590	(46.720)	20.590	(46.737)
Estoques		9.340	(4.300)	9.340	(4.300)
Dividendos Recebidos.....		32.996	31.377	32.996	31.377
Investimentos em Títulos do Governo		(4.711)	3.752	(4.711)	3.752
Pagamentos Antecipados		(554)	300	(604)	340
Contas a Receber		-	153	-	153
Depósitos Judiciais		(8.638)	(2.388)	(9.168)	(27.404)
Ativo Financeiro - RBSE		(69.214)	(42.074)	(69.214)	(42.074)
Ativo Contratual		(45.995)	-	(45.995)	-
Bens e Direitos Destinados à Alienação		1	(10)	1	(10)
Outros Créditos a Receber		31.329	(254.018)	31.329	(254.046)
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante					
		(230.684)	42.905	(231.138)	21.353
Fornecedores		(99.397)	2.923	(99.350)	(670)
Obrigações Trabalhistas		7.056	9.837	7.047	9.832
Obrigações Estimadas.....		-	-	72	12
Obrigações Fiscais		(8.008)	53.323	(8.571)	50.150
Provisão para Benefícios a Empregados		(90.898)	(19.704)	(90.898)	(19.704)
Obrigações da Concessão		786	(2.788)	786	(2.788)
Pagamento de Encargos de Dívidas		(17.239)	(13.436)	(17.239)	(13.436)
Dividendos Obrigatórios.....		1.012	-	1.012	-
Outros Passivos		(23.996)	12.750	(23.997)	(2.043)
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS		227.754	(44.435)	218.602	(89.768)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Caixa Líquido (Aplicado) nas Atividades de Investimento		(38.662)	(70.638)	(46.756)	1.994
Aumento de Investimentos		10	(86.021)	10	(86.021)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado		(3.365)	79	(11.634)	(28.754)
Aquisição de Ativo Intangível		(285)	(13.928)	(285)	(13.928)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		(35.022)	29.232	(34.847)	130.697
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Caixa Líquido Aplicado/Gerado nas Atividades de Financiamento		(24.850)	91.212	(10.021)	61.827
Incremento de Empréstimos e Financiamentos		-	110.175	-	110.175
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos		(24.850)	(18.963)	(24.850)	(18.963)
Integralização de Capital Social		-	-	-	50.851
Partes Relacionadas.....		-	-	14.829	(80.236)
REDUÇÃO/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		164.242	(23.861)	161.825	(25.947)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	5	182.196	281.576	186.601	285.333
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	5	346.438	257.715	348.426	259.386

As notas explicativas da administração são parte integrante das Informações Trimestrais

Notas Explicativas

Demonstração do Valor Adicionado
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
			Reapresentado		Reapresentado
RECEITAS					
Receita Operacional Bruta	28	1.000.296	862.480	1.028.357	897.542
Provisão para Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	30	(2.247)	534	(2.247)	534
Outras Receitas e Despesas		10.316	4.937	10.316	4.937
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(168.442)	(267.502)	(213.057)	(295.615)
Material	30	(390)	(997)	(396)	(997)
Serviços de Terceiros	30	(31.313)	(25.338)	(35.048)	(26.009)
Custo de Energia Comprada	29	(77.405)	(147.707)	(77.405)	(147.707)
Outros Custos Operacionais	30	(2.242)	(1.835)	(2.242)	(1.835)
Custo de Construção	30	(59.172)	(86.326)	(79.081)	(113.582)
Outras Despesas Operacionais	30	2.080	(5.299)	(18.885)	(5.485)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		839.922	600.449	823.368	607.398
(-) Depreciação e Amortização	30	(22.510)	(17.430)	(22.510)	(17.430)
(-) Provisões	30	(51.283)	(40.973)	(51.283)	(40.973)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		766.129	542.046	749.576	548.995
(+) Resultado de Participações Societárias		60.900	80.099	77.930	74.521
(+) Receitas Financeiras	32	99.018	105.856	99.119	105.946
(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		926.047	728.001	926.624	729.462
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal					
Remuneração Direta		226.552	232.384	227.353	232.968
Remuneração Indireta		111.623	113.027	112.414	113.602
Benefícios		19.489	23.118	19.499	23.126
Plano de Benefícios Previdenciais		78.076	78.832	78.076	78.832
Compromissos Previdenciais		7.352	7.388	7.352	7.388
F.G.T.S.		10.012	10.021	10.012	10.021
Impostos, Taxas e Contribuições		287.124	217.277	288.083	217.554
Federais		283.695	215.865	284.654	216.142
Estaduais		794	780	794	780
Municipais		2.635	632	2.635	632
Remuneração de Capitais de Terceiros		146.291	202.552	146.397	202.677
Aluguéis	30	4.901	4.440	4.901	4.468
Despesas Financeiras	32	141.390	198.112	141.496	198.209
Remuneração de Capitais Próprios		266.080	75.786	264.791	76.263
Lucro Líquido do Exercício		266.080	75.786	264.791	76.263
TOTAL		926.047	728.001	926.624	729.462

As notas explicativas da administração são parte integrante das Informações Trimestrais

Notas Explicativas

Notas Explicativas

às Informações Trimestrais
em 30 de Setembro de 2019

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (Companhia) com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A, Sala 722, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. Foi organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei nº 12.593, em 13 de setembro de 2006, e constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, em 26 de novembro de 2006. A Companhia tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de produção (geração) e transmissão de energia elétrica, bem como desenvolver atividades que visem idêntica finalidade; a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de energia elétrica; a exploração de sua infraestrutura, com a finalidade de gerar receitas alternativas, complementares ou acessórias, inclusive proveniente de projetos associados.

No segmento de transmissão, a CEEE-GT exerce o controle acionário da Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB. Em janeiro de 2014 a sócia Procable Energia e Telecomunicações S.A. e a sócia Zhejiang United Engineering CO Ltda, transferiram cotas de capital subscrito para a CEEE-GT. Ainda no exercício de 2014 foi efetuada a integralização de capital no montante de R\$25.000, durante o exercício de 2015 foi integralizado o montante de R\$9.947 e no exercício de 2016 totalizaram R\$176.710 e integralizados pela CEEE-GT na Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 92,63% do capital integralizado.

No segmento de geração, a CEEE-GT também exerce o controle acionário das Sociedades de Propósito Específico Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., constituídas em fevereiro de 2014 e integrantes do consórcio responsável pela construção do Complexo Eólico Povo Novo. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 99,99%, conforme descrito na nota explicativa nº 16.2.

1.1. Das Concessões

1.1.1. Concessão de Geração

Em 05 de abril de 2000 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 025/2000 - ANEEL para exploração de geração de energia elétrica. O contrato regula a exploração dos potenciais de energia hidráulica por meio das centrais geradoras e das instalações de transmissão de interesse restrito às centrais geradoras.

Com o advento da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/13, estabeleceu-se um novo marco regulatório no Setor Elétrico Brasileiro possibilitando a renovação antecipada dos contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a partir de uma redução tarifária nos segmentos de geração e de transmissão.

A referida MP estabeleceu que toda energia gerada pelas usinas cujas concessões vencem até 2017, serão comercializadas em regime de cotas, por tarifas definidas pela ANEEL, que cobrirão somente os custos de operação e manutenção, encargos setoriais reduzidos, tributos e a remuneração do uso das redes de transmissão e distribuição.

Em atendimento à legislação, em 04/12/2012, a Companhia firmou com a União, o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 25/2000 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos.

A Usina de Itaúba ainda não foi alcançada pelo conteúdo da Lei 12.783/13, uma vez que sua concessão tem previsão de término para 30/12/2021, já as demais usinas do parque gerador da CEEE-GT estão disponibilizando sua energia para o regime de cotas.

Notas Explicativas

Foram prorrogadas as concessões das usinas listadas no quadro abaixo:

RELAÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS										
UHE	Potência Instalada (MW)	TEIF (%)	IP (%)	TOTAL [1-(1-TEIF)*(1-IP)]	Nº de Unidades Geradoras	Localização (Rio/Município/UF)	Atos			Termo Final da Concessão
							Contrato de Concessão	1ª Prorrogação	2ª Prorrogação	
Jacuí	180	1,672	5,403	6,98	6	Rio Jacuí/Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo Real	158	2,533	8,091	10,42	2	Rio Jacuí/ Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 278, 11/08/99	-	31/12/2042
Canastra*	44,8	-	-	-	2	Rio Santa Maria/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Bugres*	19,2	-	-	-	2	Rio Santa Cruz/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ernestina	4,96	-	-	-	1	Rio Jacuí/ Ernestina/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Capigui*	4,47	-	-	-	3	Rio Capigui/Passo Fundo/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Guarita*	1,76	-	-	-	1	Rio Guarita/Erval Seco/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Herval*	1,52	-	-	-	2	Rio Cadeia/Santa Maria do Herval/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Santa Rosa*	1,58	-	-	-	1	Rio Santa Rosa/Três de Maio/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo do Inferno*	1,49	-	-	-	1	Rio Santa Cruz/São Francisco de Paula/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Forquilha*	1,118	-	-	-	1	Rio Forquilha/Maximiliano de Almeida/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ijuizinho*	1,118	-	-	-	1	Rio Ijuizinho/Eugênio de Castro/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042

* Usinas não despachadas centralizadamente.

A Usina de Toca, localizada no município de São Francisco de Paula, por ser menor que 1 MW, e estar enquadrada em uma legislação específica, não é objeto de renovação nas atuais condições e portanto deverá ser requerida a autorização ao poder concedente por ocasião do vencimento da atual concessão em 07/07/2015.

A CEEE-GT, conforme Despacho da ANEEL nº 259 de 21/07/1999 tem um registro da Pequena Central Hidrelétrica Ivaí, com potência instalada de 0,768 MW, localizada no rio Ivaí, município de Júlio de Castilhos.

Em 31 de outubro de 2012 o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria Ministerial nº 578, definindo as tarifas iniciais para as Usinas Hidrelétricas enquadradas no art. 1º da MP 579, com base no valor do Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as usinas hidrelétricas. Assim, nos termos das Portarias publicadas pela União, ficou delineado que as usinas da CEEE-GT acobertadas pelo contrato de concessão nº 25/2000 não seriam indenizadas, sendo que, em paralelo, a Companhia protocolou junto ao Ministério de Minas e Energia ofício contendo algumas questões, em especial no que se refere à indenização dos investimentos ainda não depreciados inerentes às usinas renovadas. Vide nota explicativa nº 17.

1.1.1.1. Aspectos Regulatórios

a) Repactuação do Risco Hidrológico

As condições hidrológicas adversas ocorridas nos últimos anos, somada às decisões operativas e a outros fatores que influenciam no despacho da geração pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), afetaram financeiramente os agentes hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) que, ao não conseguirem entregar energia suficiente para honrar seus contratos, ficaram expostos ao Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) no Mercado de Curto Prazo (MCP).

Notas Explicativas

Ao longo de 2015, a Companhia, com o objetivo de se proteger financeiramente dos valores a ela atribuídos a título de risco hidrológico, bem como do rateio dos valores proveniente de outros agentes protegidos judicialmente, ingressou com ação judicial e obteve decisão liminar, com efeitos a partir de março de 2015, limitando a redução, via Fator de Ajuste do MRE (GSF), a 5% da Garantia Física das usinas modeladas no perfil da CEEE-GT junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e que não foram objeto de renovação das Concessões prevista na Lei nº 12.783/2013.

A Lei nº 13.203, publicada em 9 de dezembro de 2015, e a Resolução Normativa ANEEL nº 684, publicada em 14 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico suportados pelos agentes participantes do MRE, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015. A referida regulamentação apresentou propostas distintas para a energia contratada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), porém ambas tinham como condição para a repactuação a retirada de qualquer ação judicial relativa ao tema, com resolução de mérito. Devido à característica do portfólio de contratos de venda de energia em 2015, a Companhia teve quase que a totalidade de sua energia remetida à modalidade de repactuação no ACL, cuja proposta se caracteriza pela contratação de energia de reserva. Em janeiro de 2016 a Administração decidiu por não aderir à proposta, mantendo a ação judicial em curso.

Em 2017, nos meses de abril e setembro, a Companhia teve decisões desfavoráveis em relação a sua liminar judicial, fato que culminou na reversão dos seus efeitos históricos em janeiro de 2018, a partir de deliberação do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Judicialmente a Companhia conquistou nova liminar judicial, a qual possibilitou o pagamento de 5% da dívida ao mês, desonerando-a de todos os eventuais ônus e sanções relacionados ao não aporte da garantia financeira e não pagamento do respectivo débito em sua totalidade. A dívida foi quitada no mês de junho de 2019.

1.1.2. Concessão de Transmissão

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém duas concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

1.1.2.1. Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL

Em 1º de outubro de 2001 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL para Transmissão de energia elétrica. Em razão da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013 e Decreto nº 7.805/2013, o contrato de concessão foi aditado em 04/12/2012, tendo sofrido alterações significativas. O Contrato de Concessão, já com as alterações realizadas, estabelece:

- I. quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente;
- II. as condições para a prestação do serviço;
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as instalações integrantes das concessões de transmissão de energia elétrica enquadradas pela MP 579, ficando delineado o montante de R\$661.086 mil a preço de outubro de 2012, para indenização das instalações não depreciadas, posteriores a maio de 2000, relacionadas ao contrato de Concessão nº 055/2001. Essas instalações são usualmente denominadas RBNI.

Ainda, no que tange as instalações não depreciadas anteriores a maio de 2000, usualmente denominada RBSE, a Lei nº 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela Companhia e reconhecidos pela ANEEL. Informações complementares estão disponíveis na nota explicativa nº 13.

Notas Explicativas

Com a vigência da MP 579 (Lei 12.783/13), o prazo do Contrato de Concessão foi prorrogado por mais trinta anos e tem prazo de vigência até 31 de dezembro de 2042. O Contrato de Concessão também estabelece que a Receita Anual Permitida (nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão) será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada cinco anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelecerá em regulamentação específica regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

1.1.2.2. Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL

Em 19 de dezembro de 2002 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL para Transmissão de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3 estabelece:

- I. a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão;
- II. quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores);
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

O Contrato de Concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período desde que requerida pela Companhia até 36 (trinta e seis) meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovado seus impactos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

1.2. Desestatização

Em 02 de julho de 2019, foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o Projeto de Lei nº 263/2019, que autorizou o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a promover medidas de desestatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR, da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

No contexto de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, sobre o qual o Estado do Rio Grande do Sul busca reorganiza-se financeiramente, a alienação de ativos e participações ao lado de outras medidas, busca a ampliação de receitas e são condicionantes para o acordo com a União, nos termos do art.2º, § 1º, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

Desta forma está autorizada a alienação ou transferência da participação societária, seus ativos e inclusive o controle acionário do Estado do Rio Grande do Sul na holding e suas subsidiárias, nas formas estabelecidas no art.3º da Lei nº 10.607, de 28 de dezembro de 1995. O processo ocorrerá no âmbito do acordo de cooperação técnica firmado entre com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que tem vasta experiência em privatizações e fará a modelagem dos projetos que irão a leilão.

2. ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO

A Companhia possui uma estação de piscicultura no município de Tio Hugo, cujo objetivo é a produção de alevinos e peixes a serem soltos nos reservatórios visando à manutenção e preservação da ictiofauna existente nos mesmos. Estas atividades não são relevantes para operação da Companhia.

Notas Explicativas

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

3.1. Base de Preparação e Apresentação das Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas

As Informações Trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As Informações Trimestrais Compreendem:

a) *Informações Trimestrais Individuais*

As informações trimestrais Individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações trimestrais individuais, a partir de 2014, não diferem da norma IFRS aplicável às informações trimestrais separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas informações trimestrais, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Essas informações trimestrais individuais são divulgadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas.

b) *Informações Trimestrais Consolidadas*

As informações trimestrais Consolidadas, identificadas como "Consolidado", estão apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas brasileiras incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. E, quando aplicável, as regulamentações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas informações trimestrais individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

Em 05 de novembro de 2019, a Diretoria Colegiada da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações trimestrais individuais e consolidadas, submetendo-as às análises do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração.

Notas Explicativas

3.1.1. Base de Mensuração

As informações trimestrais Individuais e Consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

3.1.2. Moeda de Apresentação e Moeda Funcional

As informações trimestrais Individuais e Consolidadas são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os valores foram arredondados para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

3.1.3. Lucro Líquido por Ação

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados. Vide nota explicativa nº 29.

3.2. Uso de Estimativas

A preparação das informações trimestrais Individuais e Consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas informações trimestrais. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e na experiência da Administração, e são suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das informações trimestrais. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou quando as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real.

Transações e venda de energia elétrica na CCEE

A Companhia registra as compras e vendas efetuadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de acordo com as informações disponibilizadas pela própria entidade. Nos meses em que as informações não são disponibilizadas em tempo hábil a Companhia estima o valor utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Provisões para Perda estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa

A Companhia registra provisão de perda estimada sobre suas rubricas de contas a receber alinhada às expectativas da administração quando existem incertezas quanto ao recebimento da contraprestação esperada. As estimativas são construídas a partir da análise do histórico de inadimplência dos últimos 24 meses, com o intuito de identificar possíveis evidências significativas no aumento do risco de crédito para as carteiras dos diversos instrumentos contratuais.

Desta forma, a Companhia considera que as provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissionárias.

Passivos contingentes

As provisões para passivos contingentes, quando aplicável, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Notas Explicativas

Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Periodicamente a Companhia revisa as estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, considerando um estudo técnico de viabilidade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Ativo Contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio.

Quando a Companhia presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo

A Administração da Companhia utiliza como referência os preços de fechamento apurados na data de apresentação das informações trimestrais. Para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, a Companhia utiliza técnicas de avaliação para definição do valor justo, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Administração da Companhia entende que os métodos utilizados são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

A taxa aplicada ao Ativo Financeiro da Concessão é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio.

Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil regulatória dos bens, estabelecida pela ANEEL. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

Ativo Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para os ativos intangíveis.

3.3. Procedimento de Consolidação

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas contemplam as informações da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e das suas controladas a Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB, Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela CEEE-GT.

Notas Explicativas

Empresas Controladas	% de Participação	
	30/09/2019	31/12/2018
1 - Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda - TESB	92,63%	92,63%
2 - Ventos de Curupira	99,99%	99,99%
3 - Ventos de Povo Novo	99,99%	99,99%
4 - Ventos de Vera Cruz	99,99%	99,99%

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas com as empresas consolidadas.

A participação do acionista não controlador no patrimônio líquido e no lucro líquido da controlada, consolidada integralmente, está apresentada de forma segregada no balanço patrimonial e na demonstração de resultado consolidado, respectivamente, nas linhas denominadas “Participação de acionista não controlador” e “Lucro atribuído ao acionista não controlador”.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As políticas contábeis adotadas na elaboração destas informações trimestrais individuais e consolidadas, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis são consistentes com o praticado na preparação das informações trimestrais de 31 de dezembro de 2018, publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 17 de abril de 2019.

4.1 Reapresentação dos Saldos Comparativos

Em consequência à adoção do CPC 47/ IFRS 15 no exercício de 2018, a Companhia está reapresentando sua Demonstração do Resultado, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e respectivas notas explicativas aplicáveis às informações trimestrais do período findo em 30 de setembro de 2018:

Demonstração do Resultado (Trimestre - 01.07.2018 a 30.09.2018)

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Apresentação antes dos efeitos	Efeitos da adoção	Reapresentação	Apresentação antes dos efeitos	Efeitos da adoção	Reapresentação
	30/09/2018	CPC 47	30/09/2018	30/09/2018	CPC 47	30/09/2018
Receita Operacional	304.419	(322)	304.097	321.661	(1.987)	319.674
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	251.951	(322)	251.629	269.163	(1.987)	267.175
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	76.451	(322)	76.129	79.196	541	77.750
RESULTADO DO SERVIÇO	57.075	(322)	56.753	59.460	(1.446)	58.014
Resultado Operacional	71.754	(322)	71.432	71.963	1.039	71.556
RESULTADO ANTES DO IR E CS	71.754	(322)	71.432	71.963	(407)	71.556
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	63.090	(322)	62.768	63.279	(407)	62.874

Notas Explicativas

Demonstração do Resultado (Acumulado - 01.01.2018 a 30.09.2018)

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Apresentação antes dos efeitos	Efeitos da adoção	Reapresentação	Apresentação antes dos efeitos	Efeitos da adoção	Reapresentação
	30/09/2018	CPC 47	30/09/2018	30/09/2018	CPC 47	30/09/2018
Receita Operacional	891.412	(28.932)	862.480	927.505	(29.963)	897.542
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	735.601	(28.932)	706.669	771.576	(29.963)	741.613
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	245.239	(28.932)	216.307	253.672	(92)	223.617
RESULTADO DO SERVIÇO	148.707	(28.932)	119.775	155.967	(30.055)	125.912
Resultado Operacional	136.550	(28.932)	107.618	137.184	1.041	108.170
RESULTADO ANTES DO IR E CS	136.550	(28.932)	107.618	137.184	(29.014)	108.170
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	104.718	(28.932)	75.786	105.277	(29.014)	76.263

Demonstração de Fluxo de Caixa

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Apresentação antes dos efeitos	Efeitos da adoção	Reapresentação	Apresentação antes dos efeitos	Efeitos da adoção	Reapresentação
	30/09/2018	CPC 47	30/09/2018	30/09/2018	CPC 47	30/09/2018
Lucro Líquido do Exercício	104.718	(28.932)	75.786	105.277	(29.014)	76.263
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	237.059	(28.932)	208.127	238.116	(28.932)	209.184
Ativos Financeiro - RBSE	(71.006)	28.932	(42.074)	(71.006)	28.932	(42.074)
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS	(44.435)	-	(44.435)	110.345	(20.577)	89.768

Demonstração do valor Adicionado

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Apresentação antes dos efeitos	Efeitos da adoção	Reapresentação	Apresentação antes dos efeitos	Efeitos da adoção	Reapresentação
	30/09/2018	CPC 47	30/09/2018	30/09/2018	CPC 47	30/09/2018
Receitas						
Receita Operacional Bruta	891.412	(28.932)	862.480	927.505	(29.963)	897.542
Valor Adicionado a Distribuir	758.754	(30.753)	728.001	760.298	(29.963)	730.335
Distribuição do Valor Adicionado	758.754	(30.753)	728.001	760.298	(29.963)	730.335
Remuneração de Capital Próprio						
Lucro Líquido do Exercício	104.718	(28.932)	75.786	105.277	(29.014)	76.263

4.2. Novas normas e interpretações

4.2.1. Principais alterações nas normas contábeis – Vigentes a partir de 01 de janeiro de 2019.

4.2.1.1 IFRS 16 Leases (CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil)

i) Interpretação e aplicação

O IASB emitiu a norma IFRS 16 que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de *leases* (arrendamentos). Chancelando as considerações deste *report*, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis promoveu a revisão do seu Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1), que passou a contar com sua versão (R2), estando vigente a partir de 01 de janeiro de 2019. O princípio norteador desta nova normativa é o reconhecimento do ativo e passivo advindo do direito de uso e controle de um bem relacionado ao contrato de arrendamento.

Notas Explicativas

A Companhia realizou levantamento dos seus contratos com características de arrendamentos, com a finalidade de avaliar o impacto de adoção da nova norma e divulgou o mesmo nas suas demonstrações financeiras do exercício de 2018.

No levantamento dos contratos foram ponderados alguns pré-requisitos para o registro como ativo e passivo de direito de uso, sendo eles:

- a) a identificação de um ativo exclusivo no contrato de arrendamento, o qual o arrendador não tenha o direito de substituição;
- b) o arrendatário obtém substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante todo o período de uso;
- c) o direito do arrendatário em direcionar a finalidade de utilização do ativo durante todo o período de uso;
- d) o período de arrendamento é superior a doze meses;
- e) o arrendamento não é de pequeno valor, ou seja, inferior a US\$ 5 mil.

ii) Mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento

Para cada contrato escopo da nova norma contábil, a Companhia adotou a metodologia de fluxo de caixa descontado, com o objetivo de identificar o valor presente do ativo e passivo a ser registrado pelo direito de uso em 1º de janeiro de 2019. Foram considerados no fluxo de caixa os valores mensais das parcelas fixadas no contrato, pelo período de janeiro de 2019 até o último período contratual, sendo considerados os reajustes anuais que ocorrem por IGP-M.

Os fluxos de caixa foram ajustados a valor presente pela taxa incremental de empréstimos e financiamentos, sendo aquela que representa o custo real das suas últimas consultas para captações no mercado financeiro. A Companhia considerou como adequada a taxa (% CDI + 3,25% a.a) convertida para taxa efetiva mensal.



iii) Impactos da adoção

Considerando que os valores da adoção da norma IFRS16 para a Companhia são imateriais, a Administração decidiu por não fazer os registros advindos da adoção da nova norma, aproveitando o julgamento da materialidade, este bem apontado pela CVM em seu Ofício-Circular Nº 01/2019. Contudo, a Companhia vem acompanhando mensalmente a evolução dos seus contratos de arrendamentos, e suas características, no intuito de identificar qualquer fato relevante que gere nova opinião sobre estes registros.

A Administração da Companhia conclui que, a partir da aplicação da nova norma IFRS/16, além do reconhecimento dos ativo e passivo do direito de uso, que até então não eram registrados pela norma anteriormente vigente, ocorrerá o deslocamento de parte do custo do contrato do resultado operacional para o resultado financeiro.

A Companhia apresenta a seguir os efeitos nas suas informações trimestrais de 30 de setembro de 2019, em uma hipótese de que os registros contábeis da adoção fossem realizados:

Efeitos 3º ITR 2019: Em mil R\$

	Aumento	Ativo	Passivo	=	R\$ 3.088
	Redução	Gasto Operacional			R\$ 78
	Aumento	Despesa Financeira			R\$ 224
	Redução	Resultado Líquido			R\$ 146

Notas Explicativas

4.3..1.1 ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos para reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Neste contexto, a Companhia deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
CIRCULANTE					
Numerário Disponível	5.1	3.245	1.161	3.485	1.632
Aplicações Financ. de Liq. Imediata - SIAC/BANRISUL	5.2	343.193	181.035	344.941	184.969
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa		346.438	182.196	348.426	186.601
NÃO CIRCULANTE					
Fundo Bradesco Empresas		7	9	7	9
Total de Aplicações Financeiras de Longo Prazo		7	9	7	9

5.1. Numerário Disponível

O valor de R\$3.245 (R\$1.161 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

5.2. Aplicações Financeiras

O valor de R\$343.193 (R\$181.035 em 31 de dezembro de 2018) registrado no ativo circulante refere-se a aplicação no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº33.959, de 31 de maio de 1991, remunerado pela taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Suprimento de Energia	22.794	20.707	22.794	20.707
Encargos de uso da Rede	88.120	84.910	89.682	85.128
Energia de Curto Prazo - CCEE	2.255	-	2.255	-
Titulos de Crédito a Rebeber	519	501	519	501
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa ..	(4.275)	(4.785)	(4.275)	(4.785)
	109.414	101.333	110.976	101.551

6.1. Provisão para Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa

O valor de R\$4.275 (R\$4.785 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa relativos a valores de concessionárias, permissionárias diversas e consumidores livres vencidos há mais de três meses.

	31/12/2018	CONTROLADORA/CONSOLIDADO		30/09/2019
		ADIÇÕES	EXCLUSÕES	
Suprimento de Energia	11	145	(145)	11
Encargos de uso da Rede	4.774	1.947	(2.457)	4.264
	4.785	2.092	(2.602)	4.275

Notas Explicativas

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
CIRCULANTE				
PIS/COFINS a Compensar	303	338	303	338
INSS a Compensar	119	400	119	400
IRPJ e CSLL a Compensar	281	283	281	283
IRPJ e CSLL Base Negativa	825	21.096	987	21.258
	<u>1.527</u>	<u>22.117</u>	<u>1.690</u>	<u>22.279</u>
NÃO CIRCULANTE				
PIS/COFINS a Compensar	2	2	2	2
IRPJ e CSLL a Compensar	1	1	1	1
Outros Créditos a Compensar	3	3	3	3
	<u>6</u>	<u>6</u>	<u>6</u>	<u>6</u>

8. ESTOQUES

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Estoque de Operação	18.665	28.025	18.665	28.025
(-) Provisão para Perdas	(496)	(516)	(496)	(516)
	<u>18.169</u>	<u>27.509</u>	<u>18.169</u>	<u>27.509</u>

Os saldos de estoques referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
CIRCULANTE					
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9.1	10.396	9.555	10.396	9.555
Adiantamento a Fornecedores/Empregados.....		8.698	5.584	8.698	5.584
Aluguel de Postes e Serviços Prestados		16.817	13.717	16.817	13.717
Cedência de Funcionários	37	525	509	525	509
Conta Gráfica	9.2	-	2.437	-	2.437
Dividendos a Receber.....	9.3	20.177	38.072	20.177	38.072
Custos a Reembolsar.....	9.4	23.368	23.222	7.840	11.086
Outros Devedores		10.295	28.338	10.702	28.743
		<u>90.276</u>	<u>121.434</u>	<u>75.155</u>	<u>109.703</u>
NÃO CIRCULANTE					
Mútuo CEEE-D	9.5	373.170	373.240	373.170	373.240
Outros		3.912	4.011	90.889	105.676
		<u>377.082</u>	<u>377.251</u>	<u>464.059</u>	<u>478.916</u>

9.1. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R\$10.396 (R\$9.555 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de suas características.

9.2. Conta Gráfica

O valor de R\$2.437 em 31 de dezembro de 2018 refere-se aos saldos de cedência de funcionários e bloqueios judiciais realizados entre as contas da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D e da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR.

Notas Explicativas

9.3. Dividendos a Receber

O valor de R\$20.177 (R\$38.072 em 31 de dezembro de 2018), refere-se a dividendos declarados pelas investidas, compostos da seguinte forma: Chapecoense R\$8, TSLE R\$7.334, Etáu R\$22, Complexo Eólico Povo Novo R\$17 e Enerfin R\$12.796.

9.4. Custos a Reembolsar

O valor de R\$23.368 (R\$23.222 em 31 de dezembro de 2018) refere-se aos contratos de prestação de serviços, os quais tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras, principalmente com as investidas Povo Novo e TESB.

9.5. Mútuo CEEE-D

Em 21 de maio de 2014, através do Despacho nº 1.585, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu a operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (mutuária) no valor de até R\$150.000 com regramento contratual de devolução em 24 (vinte e quatro) meses. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 29 de maio de 2014.

Em 11 de dezembro, através do Despacho nº 4.790, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu o primeiro aditivo ao contrato alterando o valor para R\$300.000 e mantendo o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, cujo objeto foi a alteração de sua Cláusula Primeira. Através do Despacho 1.384 de 25 de maio de 2016, a ANEEL anuiu o contrato de mútuo com prazo de vigência de até 24 (vinte e quatro) meses, para refinanciamento do mútuo anterior, no montante de R\$335.212.

Em 28 de setembro de 2017, através do Despacho 3.331, a ANEEL anuiu a celebração de Termo de Dação de Imóvel em Pagamento e Quitação Parcial do Contrato de Mútuo com a transferência de propriedade da fração ideal de 73,45% do imóvel onde está localizado o Centro Administrativo Engenheiro Noé de Melo Freitas, CAENMF, pertencente a CEEE D, permitindo amortizar R\$293.869 do Contrato de Mútuo. O referido Termo de Dação em Pagamento foi assinado em 23 de outubro de 2017.

Em 31 de julho de 2018, a ANEEL de acordo com o Despacho 1.716, anuiu à celebração do Contrato de Mútuo entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE – D e a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE – GT, o qual teve como objeto o refinanciamento pelo prazo de 24 meses do saldo devedor do Contrato de Mútuo anterior firmado entre as empresas, correspondente a R\$ 72.282 da data de 16 de abril de 2018. Posteriormente em 15 de agosto de 2018 a Agência Reguladora emitiu o Despacho 1.856, permitindo aditivo ao mútuo já existente, no valor de até R\$ 300.000, pelo prazo de 24 meses.

O saldo do contrato de Mútuo corrigido mensalmente pela CDI perfaz o montante de R\$373.170.

Data do Evento	Histórico	Valor
25/05/2016	Contrato Repactuado	335.212
31/08/2018	Liberação Mútuo	100.000
30/09/2018	Liberação Mútuo	150.000
31/10/2018	Liberação Mútuo	50.000
30/09/2019	Parcelas Liberadas até 30/09/2019	635.212
30/09/2019	Atualização até 30/09/2019	78.149
30/09/2019	Parcelas Recebidas até 30/09/2019	(340.191)
NÃO CIRCULANTE		373.170

10. INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO GOVERNO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Investimentos em Títulos do Governo	118.336	102.734	118.336	102.734
	118.336	102.734	118.336	102.734

Notas Explicativas

10.1. Descrição

O saldo de R\$118.336 (R\$102.734 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à liquidação judicial do processo Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2, cuja decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça – STJ (RESP nº 435.948-RS) proferida em 2005, transitou em julgado no ano de 2009 junto ao Supremo Tribunal Federal – STF.

Em 26 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Termo de Acordo com a União, homologado judicialmente em 31 de janeiro de 2012, liquidando uma lide que perdurou aproximadamente 20 anos. O acordo foi firmado junto a Advocacia Geral da União - AGU, com autorização do Ministério de Minas e Energia - MME e do Ministério da Fazenda, assim como, com a efetiva participação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, da Receita Federal do Brasil – RFB, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Eletrobrás.

Nesse contexto a Companhia obteve um valor a receber de R\$ 1.209.304 inerente à Conta de Resultados a Compensar apurado na data base de 27 de dezembro de 2011, sendo que desse montante foram compensados de forma direta com a União, débitos da Companhia junto à Receita Federal do Brasil – RFB e junto a Secretaria do Tesouro Nacional – STN que totalizavam o montante de R\$55.673. Assim, o valor líquido dos créditos da CRC a receber na data base de 31 de dezembro de 2011 ficou em R\$1.153.631, os quais foram pagos pela União em três parcelas (tranches), mediante a emissão de Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B, com as seguintes características:

- I. Data-base: 15 de julho de 2000;
- II. Valor Nominal na data-base: R\$ 1.000,00 (Um mil reais);
- III. Modalidade: nominativa e negociável;
- IV. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior;
- V. Juros remuneratórios: 6% a.a.
- VI. Pagamento do principal e juros:
 - Principal – em parcela única na data de vencimento do título;
 - Juros – semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência.

Em 09/02/2012, 18/12/2012 e 17/12/2013 a Secretaria do Tesouro Nacional transferiu a primeira, a segunda e a terceira tranche para a Companhia no valor de R\$451.310, de R\$459.759 e de R\$365.370, correspondentes a 197.135, 160.231 e 160.231 NTN-B, respectivamente.

10.2. Classificação

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia havia classificado o direito de recebimento dos títulos como “Ativos Financeiros mantidos até o vencimento” levando em consideração a data de conversão do crédito em Notas do Tesouro Nacional - série B "NTN-B".

O Termo de Acordo, estabeleceu a transferência dos títulos em três tranches, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis após a homologação do acordo, o que ocorreu em 09 de fevereiro de 2012, a segunda e a terceira tranches em 18/12/2012 e 17/12/2013, respectivamente. No entanto, o recebimento por parte da Companhia da segunda e terceira tranche estava condicionado à quitação de débitos relativos a encargos setoriais junto ao órgão regulador, débitos intrassetoriais e financiamentos perante a Eletrobrás, no prazo de 60 dias após a emissão da primeira tranche. Em abril de 2012 a Companhia efetivou a liquidação dos débitos nos prazos estabelecidos no Termo de Acordo, atendendo a cláusula condicionante para transferência das NTN-Bs nas datas previstas, reclassificando o ativo financeiro para a categoria de disponível para venda.

Desde a adoção da norma IFRS 9 (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), este ativo é classificado como Valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA).

10.3. Forma de Atualização das NTN-Bs

Considerando a categoria de instrumentos financeiros na qual foram classificadas as NTN-Bs, após o reconhecimento inicial, os títulos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o saldo acumulado em outros resultados

Notas Explicativas

abrangentes é transferido para o resultado do exercício. Adicionalmente, os juros calculados usando o método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado.

Os juros efetivos das NTN-Bs classificadas na conta de aplicações financeiras de curto prazo são calculados com base no valor nominal atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior e Juros remuneratórios: 6% a.a. calculados pró-rata-die).

O valor justo da totalidade dos valores a receber está calculado com o preço unitário divulgado pelo mercado secundário apurado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

10.4. Movimentação

O valor justo e os juros efetivos das NTN-Bs estão reconhecidos contabilmente conforme segue:

	Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido		Resultado	
	Investimentos em Títulos do Governo	Impostos diferidos	Outros resultados abrangentes	Receita financeira	Impostos
Posição em 31/12/2018	102.734	9.422	162	-	-
Atualização pela taxa efetiva.....	6.145	-	-	6.145	-
Valorização do valor justo	19.322	-	19.322	-	-
Venda do ativo financeiro.....	(7.330)	-	(673)	673	-
Juros Recebidos.....	(2.535)	-	-	-	-
Efeito tributário.....	-	5.384	(4.438)	-	(946)
Posição em 30/09/2019	118.336	14.806	14.373	6.818	(946)

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Depósitos Judiciais.....	54.360	45.722	79.850	70.682
	54.360	45.722	79.850	70.682

O valor de R\$54.360 (R\$45.722 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando o saldo das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. (Vide nota explicativa nº 25).

12. ATIVO DE CONCESSÃO - CONTRATUAL

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Circulante	126.364	116.890	129.421	117.489
Não Circulante	808.945	772.424	1.071.598	1.040.993
	935.309	889.314	1.201.019	1.158.482

Com base no Contrato de Concessão nº 080/2002, no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 055/2001 e no Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 025/2000, a Administração aplica o modelo "Ativo Contratual", em observância à norma CPC 47, considerando que a infraestrutura disponibilizada ao serviço da concessão está sujeita ao cumprimento das obrigações de desempenho para fazer jus à contraprestação esperada, no caso à RAP (Receita Anual Permitida) e à RAG (Receita Anual de Geração), e não somente à passagem do tempo.

A Administração considera ainda que as novas receitas atinentes aos contratos de concessão renovados têm origem, exclusivamente, às novas obras de reforços e melhorias, as quais são submetidas às Resoluções Autorizativas e revisões tarifárias que produzem ajustes diretamente nas receitas inseridas no fluxo de caixa em relação aos valores de investimento realizados. Neste contexto, as receitas autorizadas não preveem margens de construção, não havendo ganhos ou perdas de eficiência nesta fase, ou estão próximas a zero.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2019, o valor de R\$935.309 é composto por R\$36.407, referente à infraestrutura vinculada ao Contrato de Concessão nº 080/2002, por R\$792.540, referente ao Contrato de Concessão nº 055/2001 e R\$106.362 refere-se ao Contrato de Concessão nº 025/2000. O registro é demonstrado por seu valor líquido, deduzido da perda por valor recuperável para aquelas obras que não possuem Resolução Autorizativa emitida pela ANEEL, uma vez que ainda não há homologação de receita para indenização destes investimentos em andamento.

12.1. Movimento do Ativo de Concessão – Contratual

	CONSOLIDADO				Total
	Contrato 055/2001	Contrato 080/2002	Contrato 025/2000	Contrato 001/2011 TESB	
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	764.026	39.298	85.990	269.168	1.158.482
(+) Receita de Construção (Adições).....	36.528	-	22.665	8.087	67.280
(+) Receita Financeira.....	71.009	5.681	2.640	18.670	98.000
(-) Baixas.....	(1.050)	-	(18)	-	(1.068)
(-) Amortização do período.....	(77.973)	(8.572)	(4.895)	(10.537)	(101.977)
(-) Outros.....	-	-	(20)	(19.678)	(19.698)
Saldo em 30 de Setembro de 2019	792.540	36.407	106.362	265.710	1.201.019
Em 30 de Setembro de 2019 - Circulante	90.807	29.281	6.276	3.057	129.421
Em 30 de Setembro de 2019 - Não Circulante	701.733	7.126	100.086	262.653	1.071.598

A Receita Anual Permitida – RAP prevista na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.565/2019 para os ativos do Contrato de Concessão de Transmissão nº 055/2001, que entraram em operação após 2012 (RBNI), classificados como Ativo Contratual, é de R\$ 90.470. Já o contrato de concessão nº 080/200, também ativo contratual, possui RAP de R\$ 25.454, pela mesma Resolução Homologatória.

Os ativos do Contrato de Concessão de Geração nº 025/2000, classificados como Ativo Contratual, tem sua receita anual de R\$ 115.197 definida pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.421/2018, contemplando o valor de R\$ 49.671 de receita adicional para a remuneração do capital e investimentos em melhorias que entraram em operação após a renovação da concessão.

12.2. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de Transmissão.

Ao final da concessão o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável, sendo esta a prática adotada por esta Companhia quando da apuração do valor dos bens vinculados ao Contrato de Concessão Nº 055/2001 alcançados pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. (Vide nota explicativa nº 1.1.2.1).

12.3. Valor Recuperável dos Ativos da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indícios de que estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

Notas Explicativas

- I. As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Concessão;
- II. As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras;
- III. Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária;
- IV. O contrato de concessão ou permissão é de não circulante, o que viabiliza melhor planejamento das atividades;
- V. As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens;
- VI. Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a Companhia devidamente indenizada pelo valor residual desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

13. Ativo de Concessão - Financeiro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Circulante	299.851	282.770	299.851	282.770
Não Circulante	1.322.575	1.412.735	1.322.575	1.412.735
	<u>1.622.425</u>	<u>1.695.505</u>	<u>1.622.425</u>	<u>1.695.505</u>

O Montante de R\$1.622.425 (R\$1.695.505 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à parcela dos ativos de transmissão não depreciados e existentes em 31 de maio de 2000 pertencentes à Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, os quais, conforme previsão da Lei Nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, em seu §2º, art. 15º, são passíveis de indenização pela União, tendo seus valores estabelecidos no Despacho ANEEL Nº 1.643/2016.

Os recebimentos das parcelas de indenização por meio da RAP de Transmissão foram definidos na Portaria MME Nº 120, de 20 de abril de 2016, sendo os valores para o ciclo de RAP 2017/2018 homologados pela Resolução ANEEL Nº 2.258/2017.

Conforme o Despacho ANEEL Nº 1.779/2017, e em consonância à sentença judicial favorável à liminar conduzida pela ABRACE, ABIVIDRO e ABRAFE, a ANEEL suspendeu o pagamento do custo de capital (ke) relativo ao período de 1º de janeiro de 2013 a 30 de junho de 2017 da parcela que compõe a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUSD.

Neste contexto, a Administração entende que, por meio dos dispositivos regulatórios do setor elétrico, assim com as disposições do contrato de concessão, é indiscutível o direito de recebimento dos valores homologados a título de indenização da RBSE e, por isso, mantém estes valores classificados como “Ativo Financeiro” segundo os regramentos do CPC 48, uma vez que não existem obrigações de performance a serem cumpridas para o recebimento da contraprestação, a não ser a passagem do tempo.

O custo de capital inserido nas parcelas de reintegração relativas ao período de janeiro de 2013 a junho de 2017 (ke), em discussão no âmbito da liminar judicial, foram segregados em controle auxiliar do ativo financeiro, estando registrados pelo seu valor justo através de fluxo de caixa descontado pelo WACC Regulatório e sem qualquer atualização.

Notas Explicativas

13.1. Movimento do Ativo Financeiro da Concessão

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	Contrato	055/2001 RBSE
	30/09/2019	31/12/2018
Saldo inicial	1.695.505	1.893.018
(+) Receita Financeira.....	142.293	115.851
(-) Amortização do período.....	(215.372)	(313.364)
Saldo final	1.622.426	1.695.505
Saldo Circulante.....	299.851	282.770
Saldo Não Circulante.....	1.322.575	1.412.735

A Receita Anual Permitida – RAP prevista na Resolução Homologatória ANEEL Nº 2.565/2019 para os ativos do Contrato de Concessão de Transmissão nº 055/2001, abrangidos pela Portaria Nº 120 MME, a qual estabeleceu que os valores homologados pela ANEEL a título de indenização (RBSE), é de R\$ 303.597, sendo R\$ 149.481 referente ao componente econômico e R\$ 154.116 ao componente financeiro.

14. PAGAMENTOS ANTECIPADOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Pagamentos Antecipados.....	1.629	1.075	1.710	1.107
	1.629	1.075	1.710	1.107

O valor de R\$1.629 (R\$1.075 em 31 de dezembro de 2018), corresponde à apropriação das quotas de custeio PROINFA relativo às concessionárias do serviço público de transmissão que atendam consumidores livre e/ou autoprodutor com unidade de consumo conectada às instalações de Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

15. INVESTIMENTOS MANTIDOS PARA VENDA

Em 17 de setembro de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o Plano de Desinvestimento em 06 ativos nos quais a Companhia possui participação minoritária em seu capital social, sendo eles: Companhia Energética Rio das Antas – CERAN , Chapecoense Geração S/A – CHAPECOENSE, Campos Novos Energia – ENERCAN, Fronteira Oeste Transmissora de Energia – FOTE, Transmissora Sul Litorânea de Energia – TSLE e Empresa de Transmissão Alto Uruguai – ETAU.

A Iniciativa de Venda desses Ativos faz parte da estratégia de potencializar o foco de realização nos investimentos atinentes aos Contratos de Concessão nativos da Companhia (Contrato de Concessão nº 055/2001, nº 025/2000 e nº 080/2002).

Neste ensejo, foram aprovados os preços mínimos de venda dos ativos e forma de alienação destas participações societárias, a qual será realizada por meio de Leilão, na B3 S.A – Brasil Bolsa, cujo edital foi originalmente publicado no 4º trimestre de 2018.

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 06 de dezembro de 2018, o processo de desinvestimento instruído no âmbito do Edital do Leilão de Alienação nº 000001/2018 está suspenso pelo prazo necessário à avaliação sobre a pertinência de eventuais ajustes pela Administração (vide NE 41).

A Companhia levou em consideração o Pronunciamento Técnico – CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda, e entendeu que em 30 de setembro de 2018 a participação nas sociedades Companhia Energética Rio das Antas – CERAN, Chapecoense Geração S/A – CHAPECOENSE, Campos Novos Energia – ENERCAN, Fronteira Oeste Transmissora de Energia – FOTE, Transmissora Sul Litorânea de Energia – TSLE e Empresa de Transmissão Alto Uruguai – ETAU atenderam aos parâmetros dispostos para classificação em Mantidos para Venda. Os Ativos Mantidos para Venda foram mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e seu valor justo diminuído das despesas de vendas.

Notas Explicativas

Os ganhos ou perdas relativos às operações dos Ativos Mantidos para Venda estão demonstrados na nota explicativa 15.3 – Movimentação dos Investimentos mantidos para venda. Não há ganhos ou perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes.

15.1 Participações Societárias Mantidas para Venda

	30/09/2019		31/12/2018	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
FOTE.....	128.325	49,00%	54.870	49,00%
TSLE.....	379.681	49,00%	379.681	49,00%
Ceran.....	120.000	30,00%	510.000	30,00%
Chapecoense.....	714.509	9,00%	714.509	9,00%
Enercan.....	200.787	6,51%	200.787	6,51%
Etau.....	34.895	10,00%	34.895	10,00%

15.2 Demonstrações Financeiras dos Investimentos Mantidos para Venda

	30/09/2019				
	Capital social	Patrimônio líquido publicado	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) publicado	Lucro (prejuízo) ajustado
FOTE.....	128.325	187.108	121.098	(7.412)	(7.412)
TSLE.....	379.861	420.782	420.782	(10.533)	(10.533)
Ceran.....	120.000	297.185	359.861	78.762	111.528
Etau.....	34.895	81.028	81.028	11.238	11.238
Chapecoense.....	714.509	1.011.724	1.071.011	220.550	279.836
Enercan.....	200.787	461.321	611.859	188.999	228.062

15.3 Movimentação dos Investimentos Mantidos para Venda

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	Saldos em 31/12/2018	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 30/09/2019
FOTE.....	42.237	(7.605)	-	34.632
TSLE.....	194.817	6.713	-	201.530
Ceran.....	83.770	33.458	(6.000)	111.228
Chapecoense.....	87.486	25.285	(17.859)	94.912
Enercan.....	28.445	14.856	(3.908)	39.393
Etau.....	8.812	1.124	(1.746)	8.190
	<u>445.567</u>	<u>73.831</u>	<u>(29.513)</u>	<u>489.885</u>

16. INVESTIMENTOS

16.1. Composição

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Participações societárias permanentes				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.....	430.250	446.540	85.447	84.215
Avaliadas pelo método de custo.....	2.889	3.024	2.889	3.024
(-) Provisão Para Redução Ao Valor Recuperável.....	(124.499)	(124.499)	(124.499)	(124.499)
	<u>308.640</u>	<u>325.065</u>	<u>(36.163)</u>	<u>(37.260)</u>

Notas Explicativas

16.2. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial da CEEE-GT estão classificados nos seguintes seguimentos de negócio:

Hídrico	Transmissão	Eólico
Jaguari	TESB TPAE	Ventos de Curupira Ventos de Povo Novo Ventos de Vera Cruz Palmares Ventos da Lagoa Ventos do Litoral Ventos do Sul Ventos dos Índios

Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	30/09/2019		31/12/2018	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
Controladas				
TESB.....	342.190	92,63%	342.190	92,63%
Ventos de Curupira.....	55.929	99,99%	55.929	99,99%
Ventos de Povo Novo.....	24.639	99,99%	24.639	99,99%
Ventos de Vera Cruz.....	62.759	99,99%	62.759	99,99%
Coligadas				
TPAE.....	38.146	20,00%	20.350	20,00%
Jaguari.....	17.680	10,50%	17.680	10,50%
Palmares.....	114.116	10,00%	114.116	10,00%
Ventos da Lagoa.....	88.701	10,00%	88.701	10,00%
Ventos do Litoral.....	102.901	10,00%	102.901	10,00%
Ventos do Sul.....	140.964	10,00%	140.964	10,00%
Ventos dos Índios.....	63.641	10,00%	63.641	10,00%

16.3 Controladas

16.3.1. Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A. e a Zhejiang United Engineering CO Ltda, constituíram uma sociedade limitada, sob a denominação Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. – TESB.

A Sociedade tem como objeto social a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestando mediante a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão das seguintes Linhas e Subestações pelo prazo de 30 anos.

Em 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu através da Resolução Autorizativa nº 4.495 de 21 de janeiro a transferência do Controle Acionário da TESB para CEEE-GT.

Em 2016 a Companhia integralizou capital na investida no montante de R\$ 176,7 milhões, mediante a emissão de 176.710.061 novas ações, mantendo sua participação no empreendimento em 90,40%.

Durante o exercício de 2018 houve nova integralização por parte da CEEE-GT no montante de R\$ 86,02 milhões, mediante a emissão de 86.020.000 novas ações, sendo acompanhada pela acionista Procable e havendo cedência de quotas por parte da acionista Zhejiang United Engineering CO Ltda, evento que culminou no aumento de participação na controlada, resultando em um controle de 92,63% das ações. Não houve ágio decorrente da operação.

A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é 92,63% do capital social subscrito, totalizando R\$ 316,9 milhões.

Notas Explicativas

16.3.2. Complexo Eólico Povo Novo

O complexo Eólico Povo Novo está localizado no município de Rio Grande – RS, sendo formado por 3 Centrais Geradoras Eólicas (CGE), totalizando a potência instalada de 55MW.

Em 05 de fevereiro de 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicou Despacho nº 276 habilitando as vencedoras do Leilão nº 09/2013 referente a empreendimentos de energia eólica. A CEEE GT participa de 3 consórcios vencedores relativo ao Complexo Eólico Povo Novo:

- Consórcio Curupira formado pela CGE Curupira Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Curupira cuja potência instalada é de 25MW;
- Consórcio Povo Novo formado pela CGE Povo Novo Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Povo Novo cuja potência instalada é de 7,5MW;
- Consórcio Fazenda Vera Cruz formado pela CGE Fazenda Vera Cruz Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Vera Cruz cuja potência instalada é de 22,5MW;

Em 26 de fevereiro de 2014 foram constituídas a Ventos de Povo Novo S.A, Ventos de Curupira S.A e Ventos de Vera Cruz S.A cujo capital social subscrito em cada empresa foi de R\$10 representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas.

No exercício de 2017 foram integralizados os adiantamentos para futuro aumento de capital, nos montantes de R\$ 14,1 milhões no Ventos de Povo Novo, R\$ 39,7 milhões no Ventos de Curupira e R\$ 38,5 milhões no Ventos de Vera Cruz. Já no exercício de 2018 ocorreu nova integralização nos montantes de 10,5 milhões em Ventos de Povo Novo, R\$ 16,1 milhões em Ventos de Curupira e R\$24,1 milhões em Ventos de Vera Cruz, mantendo a participação nos empreendimentos em 99,99%, não havendo ágio na operação.

Ademais, salienta-se que a Companhia divulgou em 13 de dezembro de 2017, Fato Relevante acerca da autorização para contratação de consultoria especializada, pela Diretoria Colegiada, para realizar a modelagem de eventual desinvestimento nas geradoras do Complexo Eólico Povo Novo.

16.3.3 Impairment

Para o exercício de 2016 a Companhia estimou o valor recuperável dos seus investimentos nas controladas TESB e Complexo Eólico Povo Novo, com base no valor em uso, sendo este mensurado com base no valor presente dos fluxos de caixas futuros estimados.

Os fluxos de caixa foram projetados com base no resultado operacional e projeções dos empreendimentos até o término das concessões.

A controlada TESB registrou em suas demonstrações um Impairment de R\$ 84,2 milhões em 2016 e R\$ 44 milhões em 2017. Já no exercício de 2018 ocorreu contabilização de R\$ 10,4 milhões como reversão da perda anteriormente reconhecida.

Já no empreendimento Complexo Eólico Povo Novo foi registrado R\$ 104,3 milhões com perda de valor recuperável no empreendimento em 2016, R\$ 9 milhões em 2017 e R\$ 1,65 milhões em 2018, sendo todo montante contabilizado na controladora CEEE-GT.

16.4. Coligadas

16.4.1 Transmissora Porto Alegre Ltda - TPAE

Em junho de 2009, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A constituíram a Sociedade de Propósito Específico denominada Transmissora Porto Alegre de Energia Ltda - TPAE com a seguinte composição acionária: Procable – 80% e CEEE-GT – 20%.

Notas Explicativas

Transmissora Porto Alegrense de Energia Ltda - TPAE venceu o Leilão da ANEEL – processo nº 48500.000368/2009-18 para a exploração da Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, mediante construção, montagem, operação e manutenção da Linha de Transmissão Subterrânea em 230kV Porto Alegre 9 - Porto Alegre 4.

Conforme memorando de entendimentos firmado entre as partes, a CEEE-GT seria responsável pela operação e manutenção do empreendimento, pelas licenças ambientais, e pelas revisões de acompanhamento técnico e de fiscalização da obra e a Procable seria responsável pela preparação do projeto básico e executivo do empreendimento, construção, fornecimento de materiais, obras civis, instalações, testes e realização de comissionamento.

A TPAE iniciou sua operação comercial em 21 de novembro de 2013.

16.4.2 Jaguari Energética S.A

Refere-se à participação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT na Jaguari Energética S.A, para a construção da PCH Furnas do Segredo, localizada no rio Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo início das operações ocorreu em setembro de 2005.

Em 30 de agosto de 2004, a participação da CEEE GT reduziu de 30% para 14,19% conforme autorizado pela Resolução de Diretoria nº 2.124. O Acordo de Quotistas estabelecia que o acionista Guascor financiaria com capital próprio caso a sociedade obtivesse um financiamento mínimo de 80%, o qual não foi aprovado pelo BNDES, que financiou 55,2% do projeto.

Em novembro de 2006, conforme Resolução de Diretoria nº 486, a Companhia não manifestou interesse em acompanhar os aportes deliberados pelos demais acionistas da empresa, reduzindo a participação para 10,5%.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

16.4.3. Parques Eólicos Palmares S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Parques Eólicos Palmares S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$13.563 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando R\$890.

A empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Palmares do Sul/RS: Parque Eólico Fazenda Rosário, Parque Eólico Fazenda Rosário 2 e Parque Eólico Fazenda Rosário 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Fazenda Rosário e o Parque Eólico Fazenda Rosário 3 entraram em operação em 30 de junho de 2011, e o Parque Eólico Fazenda Rosário 2 iniciou a fase de teste em 6 de setembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

16.4.4. Ventos da Lagoa Energia S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos da Lagoa Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$10.531 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando R\$687.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro 2 e Parque Eólico Sangradouro 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Sangradouro 2 entrou em operação em 14 de setembro de 2012 e o Parque Eólico Sangradouro 3 em 22 de maio de 2012.

Notas Explicativas

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

16.4.5. Ventos do Litoral Energia S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Litoral Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nestas sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$11.516 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando R\$507.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Osório 2 e Parque Eólico Osório 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Osório 2 entrou em fase de teste em 14 de novembro de 2012 e o Parque Eólico Osório 3 em 10 de novembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

16.4.6. Ventos do Sul Energia S.A

Em 15 de dezembro de 2014 a CEEE-GT assinou com a Enerfin Enervento Exterior S.L o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Sul S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$35.000 em 15 de dezembro de 2014. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando R\$18.174.

A empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro, Parque Eólico Osório e Parque Eólico dos Índios com capacidade total de geração de 150MW.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) mensurado como o excesso de valor justo da contraprestação efetivamente transferida sobre o valor justo líquido dos ativos identificáveis e dos passivos da entidade, na aquisição, está disposto abaixo:

Contraprestação Efetivamente Transferida.....	35.000
Valor justo líquido reconhecido de ativos identificáveis e de passivos da entidade	<u>168.264</u>
Ativos Circulantes.....	80.879
Ativos não Circulantes.....	422.459
Passivos Circulantes.....	(98.623)
Passivos não Circulantes.....	(236.451)
Valor justo líquido (Participação de 10%).....	(16.826)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)	<u><u>18.174</u></u>

16.4.7. Ventos dos Índios Energia S.A

Em 30 de junho de 2015 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos dos Índios Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$7.243.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS, denominados Parque dos Índios 2 e Parque dos Índios 3, com capacidade total de geração de 52,9MW.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

Notas Explicativas

16.5. Informações Trimestrais Financeiras das Investidas

16.5.1. Informações Trimestrais Controladas

Balço Patrimonial	30/09/2019			
	TESB	Ventos do Curupira	Ventos de Povo Novo	Ventos de Vera Cruz
Ativo				
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.856	44	48	40
Outros Ativos Circulantes.....	4.786	361	86	36
Ativo Não Circulante.....	303.554	81.697	35.799	89.193
	<u>310.196</u>	<u>82.102</u>	<u>35.933</u>	<u>89.269</u>
Passivo e Patrimônio Líquido				
Outros Passivos Circulantes.....	2.700	2.887	990	2.532
Outros Passivos Não Circulantes.....	86.380	22.510	9.936	22.042
Patrimônio Líquido.....	221.116	56.705	25.007	64.695
	<u>310.196</u>	<u>82.102</u>	<u>35.933</u>	<u>89.269</u>

Demonstração do Resultado	30/09/2019			
	TESB	Ventos do Curupira	Ventos de Povo Novo	Ventos de Vera Cruz
Receita Operacional Líquida.....	27.360	72	23	58
Custo de Operação.....	(43.695)	-	-	-
Lucro Bruto.....	(16.335)	72	23	58
Despesas Operacionais.....	(847)	(480)	(222)	(246)
Resultado Financeiro.....	30	(36)	-	3
Lucro Antes dos Impostos.....	(17.152)	(444)	(199)	(185)
Impostos sobre o Lucro.....	(339)	-	-	-
Lucro Líquido.....	<u>(17.491)</u>	<u>(444)</u>	<u>(199)</u>	<u>(185)</u>

16.5.2. Informações Trimestrais Controladas e Coligadas

	30/09/2019				
	Capital social	Patrimônio líquido publicado	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) publicado	Lucro (prejuízo) ajustado
Controladas					
TESB.....	342.190	221.116	221.116	(17.491)	(17.491)
Ventos de Curupira.....	55.929	56.705	53.854	(444)	(444)
Ventos de Povo Novo.....	24.639	25.007	23.566	(199)	(199)
Ventos de Vera Cruz.....	62.759	64.695	61.197	(185)	(185)
Coligadas					
TPAE.....	38.146	40.545	17.485	2.393	2.393
Jaguari.....	17.680	18.095	18.095	1.024	1.024
Palmares.....	114.116	122.871	133.565	5.428	5.428
Ventos da Lagoa.....	88.701	108.567	112.687	2.076	2.076
Ventos do Litoral.....	102.901	107.848	109.661	(208)	(208)
Ventos do Sul.....	140.964	182.676	205.115	31.076	31.076
Ventos dos Índios.....	79.867	79.675	79.675	(2.849)	(2.849)

16.6. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Centrais Elétricas S.A - ELETROSUL.....	2.013	2.137	2.013	2.137
Piratini Energia S.A.....	-	10	-	10
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo.....	876	876	876	876
(-) Provisão Desvalorização Outros Investimentos.....	(354)	(354)	(354)	(354)
	<u>2.535</u>	<u>2.669</u>	<u>2.535</u>	<u>2.669</u>

16.6.1. Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL

Refere-se à participação equivalente a 49.519 ações no Capital Social da Centrais Elétricas S.A.- Eletrosul.

Notas Explicativas

16.7. Movimentação dos investimentos

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	Saldos em 31/12/2018	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 30/09/2019
Controladas				
TESB.....	213.268	(16.202)	-	197.066
Ventos de Curupira.....	3.670	(444)	-	3.226
Ventos de Povo Novo.....	5.389	(199)	-	5.190
Ventos de Vera Cruz.....	15.360	(185)	-	15.175
Coligadas				
TPAE.....	3.031	439	-	3.470
Jaguari.....	1.836	108	(183)	1.761
Palmares.....	12.815	543	(609)	12.748
Ventos da Lagoa.....	11.062	208	(68)	11.202
Ventos do Litoral.....	10.986	(21)	-	10.965
Ventos do Sul.....	17.562	3.108	(2.500)	18.170
Ventos dos Índios.....	8.272	(285)	-	7.987
Ágio Parques Eólicos.....	971	-	-	971
Ágio Ventos do Sul.....	18.174	-	-	18.174
	<u>322.396</u>	<u>(12.931)</u>	<u>(3.361)</u>	<u>306.105</u>

16.8. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Complexo Eólico Povo Novo.....	7.791	7.109	-	-
FOTE.....	44.840	12.500	44.840	12.500
TESB.....	60.459	58.459	-	-
	<u>113.090</u>	<u>78.068</u>	<u>44.840</u>	<u>12.500</u>

17. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA						
	31/12/2017	Movimento	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	30/09/2019
Custo							
Barragens.....	766.633	(170.051)	596.582	-	-	-	596.582
Terrenos.....	16.154	-	16.154	-	-	-	16.154
Edificações.....	120.237	(4)	120.233	-	(97)	-	120.136
Máquinas e Equipamentos.....	589.712	(62.233)	527.479	-	(519)	1.750	528.710
Veículos.....	13.855	99	13.954	-	-	126	14.080
Móveis e Utensílios.....	4.210	(27)	4.183	-	(13)	-	4.170
	<u>1.510.801</u>	<u>(232.216)</u>	<u>1.278.585</u>	<u>-</u>	<u>(629)</u>	<u>1.876</u>	<u>1.279.832</u>
Depreciação							
Barragens.....	(677.703)	159.954	(517.749)	(7.565)	-	-	(525.314)
Edificações.....	(109.627)	(795)	(110.422)	(522)	97	-	(110.847)
Máquinas e Equipamentos.....	(477.473)	52.115	(425.358)	(7.900)	361	29	(432.868)
Veículos.....	(12.668)	(310)	(12.978)	(194)	-	(126)	(13.298)
Móveis e Utensílios.....	(3.542)	(53)	(3.595)	(56)	11	-	(3.640)
	<u>(1.281.013)</u>	<u>210.911</u>	<u>(1.070.102)</u>	<u>(16.237)</u>	<u>469</u>	<u>(97)</u>	<u>(1.085.967)</u>
Fora do Escopo (reflexo do IFRIC 12)							
Fora do Escopo da Concessionária.....	313.530	(43)	313.487	-	(34)	-	313.453
Depreciação.....	(18.785)	(314)	(19.099)	(262)	32	-	(19.329)
	<u>294.745</u>	<u>(357)</u>	<u>294.388</u>	<u>(262)</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>294.124</u>
Total do Imobilizado em Serviço	<u>524.533</u>	<u>(21.662)</u>	<u>502.871</u>	<u>(16.500)</u>	<u>(162)</u>	<u>1.779</u>	<u>487.989</u>
Total do Imobilizado em Curso	<u>39.055</u>	<u>991</u>	<u>40.046</u>	<u>3.365</u>	<u>-</u>	<u>(1.779)</u>	<u>41.632</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u>563.588</u>	<u>(20.671)</u>	<u>542.917</u>	<u>(13.134)</u>	<u>(162)</u>	<u>-</u>	<u>529.621</u>

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO						
	31/12/2017	Movimento	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	30/09/2019
Custo							
Barragens.....	766.633	(170.051)	596.582	-	-	-	596.582
Terrenos.....	24.848	-	24.848	-	-	-	24.848
Edificações.....	153.974	(4)	153.970	-	(97)	-	153.873
Máquinas e Equipamentos.....	544.321	(62.233)	482.088	-	(519)	1.750	483.319
Veículos.....	13.855	99	13.954	-	-	126	14.080
Móveis e Utensílios.....	4.329	(27)	4.302	-	(13)	-	4.289
	<u>1.507.960</u>	<u>(232.216)</u>	<u>1.275.744</u>	<u>-</u>	<u>(629)</u>	<u>1.876</u>	<u>1.276.991</u>
Depreciação							
Barragens.....	(676.767)	159.954	(516.813)	(7.565)	-	-	(524.378)
Edificações.....	(79.197)	(795)	(79.992)	(522)	97	-	(80.417)
Máquinas e Equipamentos.....	(522.597)	52.115	(470.482)	(7.900)	361	29	(477.992)
Veículos.....	(12.629)	(310)	(12.939)	(194)	-	(126)	(13.259)
Móveis e Utensílios.....	(3.547)	(53)	(3.600)	(56)	11	-	(3.645)
	<u>(1.294.737)</u>	<u>210.911</u>	<u>(1.083.826)</u>	<u>(16.237)</u>	<u>469</u>	<u>(97)</u>	<u>(1.099.691)</u>
Fora do Escopo (reflexo do IFRIC 12)							
Fora do Escopo da Concessionária.....	313.537	(43)	313.494	-	(34)	-	313.460
Depreciação.....	(18.780)	(314)	(19.094)	(262)	32	-	(19.324)
	<u>294.757</u>	<u>(357)</u>	<u>294.400</u>	<u>(262)</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>294.136</u>
Total do Imobilizado em Serviço	<u>507.980</u>	<u>(21.662)</u>	<u>486.318</u>	<u>(16.499)</u>	<u>(162)</u>	<u>1.779</u>	<u>471.436</u>
Total do Imobilizado em Curso	<u>245.096</u>	<u>(53.934)</u>	<u>191.162</u>	<u>3.547</u>	<u>-</u>	<u>(1.779)</u>	<u>192.930</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u>753.076</u>	<u>(75.596)</u>	<u>677.480</u>	<u>(12.952)</u>	<u>(162)</u>	<u>-</u>	<u>664.366</u>

O Ativo imobilizado da Companhia é composto por Usinas de Geração, bens administrativos, bens não vinculados à Concessão, veículos e móveis e utensílios, inclusive a serviço das concessões de transmissão, mas que não foram considerados no alcance da ICPC 01.

Os ativos administrativos e do apoio em geral são adquiridos prontos em sua maioria e entram em operação tão logo sejam recebidos pela empresa, de forma que seu registro contábil não contempla valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento.

Estes ativos da Companhia, que não contribuem diretamente na geração de caixa, estão registrados ao custo de aquisição, que no entendimento da Administração, é a melhor estimativa do seu valor justo.

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil regulatória dos bens, estabelecida pela ANEEL na Resolução ANEEL 674, de 11 de agosto de 2015. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

- **Custo Atribuído (*Deemed Cost*)**

A partir do encerramento do exercício de 2010 a CEEE GT passou a adotar os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais – IFRS. Para os valores de suas usinas de geração a Companhia optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*), ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação.

Na adoção do custo atribuído foram considerados os valores justos de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador, bem como a vida útil econômica estimada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e aceita pelo mercado como adequada.

Notas Explicativas

18. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Custo		
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	48.351	48.729
Aquisições.....	285	285
Saldo em 30 de Setembro de 2019	48.636	49.014
Amortização e perdas por redução do valor recuperável		
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	(5.655)	(5.655)
Amortização do período.....	(6.855)	(6.855)
Saldo em 30 de Setembro de 2019	(12.510)	(12.510)
Em 31 de Dezembro de 2018	42.696	43.074
Saldo em 30 de Setembro de 2019	36.126	36.504

É composto pelos gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente por um período de 5 anos.

19. FORNECEDORES

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Encargos de Uso da Rede	6.609	5.925	6.609	5.925
Suprimento de Energia Elétrica.....	8.414	7.581	8.414	7.581
Risco Hidrológico - GSF.....	-	80.610	-	80.610
Materiais e Serviços	8.785	29.503	15.051	35.229
Retenção Contratual	13.991	13.578	13.991	13.578
	37.800	137.197	44.066	142.923

19.1 Risco Hidrológico

O valor de R\$80.610 em dezembro de 2018 refere-se ao risco hidrológico, que nos meses de abril e setembro 2017, a Companhia teve decisões desfavoráveis em relação a sua liminar judicial a qual limitava em 5% o custo com GSF, fato que culminou na reversão dos seus efeitos históricos, a partir de deliberação do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, totalizando o montante de R\$ 187.314 contabilizados naquele exercício, iniciando seu pagamento em maio de 2018 e liquidada em junho de 2019.

20. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Provisão para Férias, 13 ^º Salário, Gratificações e Encargos Sociais	39.719	30.514	39.722	30.526
Retenções sobre a Folha de Pagamento	2.811	4.958	2.811	4.958
Prêmio Assiduidade	287	289	287	289
	42.817	35.761	42.820	35.773

O valor de R\$2.811 (R\$4.958 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - AFCEEE, Sindicato dos Eletricários do Rio Grande do Sul - SENERGISUL e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

Notas Explicativas

21. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
CIRCULANTE				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	149	69	149	69
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	4.130	4.517	5.722	6.337
Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social - COFINS	7.203	5.511	7.203	5.511
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	949	1.633	949	1.633
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	2.419	11.459	2.546	11.477
Parcelamento PERT - IRPJ e CSLL	-	-	647	665
Outros	4.582	4.250	4.679	4.287
	<u>19.431</u>	<u>27.439</u>	<u>21.894</u>	<u>29.979</u>
NÃO CIRCULANTE				
Parcelamento PERT - IRPJ e CSLL	-	-	6.043	6.528
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.043</u>	<u>6.528</u>

22. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES

Os saldos compõem-se de:

22.1. Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações – Controladora e Consolidado

C R E D O R	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							
	30/09/2019							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Circulante		Não circulante	Total
				Encargos	Principal	Principal		
MOEDA NACIONAL								
BNDES	TJLP	3,05%	2029	03	-	6.723	38.747	45.470
TOTAL MOEDA NACIONAL					-	6.723	38.747	45.470
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	US\$	0,25% a 6,83% + 0,50%	2036	01	2.455	11.831	201.846	216.131
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	Libor + 0,75%	2037	01	3.566	17.925	318.820	340.312
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					6.021	29.756	520.666	556.443
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					6.021	36.479	559.413	601.913
CONTROLADORA/CONSOLIDADO								
31/12/2018								
C R E D O R	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Circulante		Não circulante	Total
					Encargos	Principal	Principal	
MOEDA NACIONAL								
BNDES	TJLP	3,05%	2029	03	-	6.720	43.687	50.407
TOTAL MOEDA NACIONAL					-	6.720	43.687	50.407
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	US\$	0,25% a 6,83% + 0,50%	2036	01	3.570	11.738	199.547	214.855
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	Libor + 0,75%	2037	01	5	16.951	305.125	322.081
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					3.575	28.689	504.672	536.936
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					3.575	35.409	548.359	587.343

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

Notas Explicativas

22.2. Variação de Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		TOTAL
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
SalDOS em 31 de Dezembro 2018.....	6.720	43.687	32.264	504.672	587.343
Encargos.....	2.654	-	15.697	-	18.351
Varição Monetária.....	-	-	2.567	35.741	38.308
Transferências.....	5.044	(5.044)	19.747	(19.747)	-
Taxa Administração.....	-	104	-	-	104
Amortizações de Principal.....	(5.040)	-	(19.810)	-	(24.850)
Amortizações de Encargos.....	(2.655)	-	(14.688)	-	(17.343)
SalDOS em 30 de Setembro 2019.....	6.723	38.747	35.777	520.666	601.913

22.3. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 28 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 2813/OC-BR entre a CEEE-GT e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-GT) no valor de US\$147.760. O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$ 88.656, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 18 de fevereiro de 2013, no valor de US\$2.567.

Em 21 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1043, entre a CEEE-GT e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$59.104, sendo que a liberação da primeira parcela de desembolso foi recebida em 27 de março de 2013, no valor de US\$20.024.

Os contratos de financiamentos com BID e AFD possuem garantia da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos dos contratos de garantia assinados em 28 de dezembro de 2012 e 21 de dezembro de 2012, assim respectivamente.

Ao longo de 2017 foi liberado o valor de US\$27.500 que corresponde à R\$87.305 referente ao contrato BID e US\$8.500 que corresponde à R\$28.076 referente ao contrato AFD. Em junho de 2018 ocorreu a última liberação de R\$110.175 referente ao contrato BID.

22.4. BNDES

Em 27 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 12.2.1391.1, entre a CEEE-GT e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT, por meio da ampliação e modernização de 25 subestações, linhas de transmissão e modernização dos Sistemas de Comunicação da CEEE-GT em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

O valor do financiamento concedido é de R\$236.340, sendo que o total liberado até 31 de Dezembro de 2016 foi de R\$69.037, no exercício de 2017 e até 30 de setembro de 2019, não ocorreram novas liberações.

O contrato de empréstimo com o BNDES tem como garantia a Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominados Notas do Tesouro Nacional – Série B. A cedente (CEEE-GT) cede fiduciariamente em favor do credor (BNDES), os títulos públicos federais, de sua propriedade, em valor equivalente a 130% do valor concedido por meio do saldo devedor Contrato de Financiamento.

Notas Explicativas

22.5. Cronograma das Parcelas do Não Circulante

As parcelas do Não Circulante dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
PRINCIPAL				
2020	30.235	38.964	30.235	38.964
2021	59.346	74.804	59.346	74.804
2022	57.680	72.874	57.680	72.874
Após 2022	412.152	361.717	412.152	361.717
	<u>559.413</u>	<u>548.359</u>	<u>559.413</u>	<u>548.359</u>

22.6. Composição do Saldo da Dívida por Indexador

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Indexador:

MOEDA / INDEXADOR	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Dólar US\$	92,45%	91,42%	92,45%	91,42%
TJLP	7,55%	8,58%	7,55%	8,58%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

23. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia, através da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único, este último fechado para novas adesões. Mantém também a obrigação do pagamento de aposentadoria a ex-autárquicos e a obrigação de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada – CTP.

A Companhia registra seu passivo atuarial com base em laudos emitidos por atuários independentes, sendo que o passivo referente ao Plano CEEEPREV e Plano Único é composto pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano e considera o contrato de dívida SF Nº 1254/95 firmado junto a Fundação CEEE.

O contrato SF Nº 1254/95 refere-se a contribuições passadas inadimplidas, cuja renegociação foi efetuada em maio de 2013, estabelecendo uma carência até junho de 2018, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018, com término previsto para maio de 2031.

Os saldos registrados no passivo compõem-se de:

Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
CIRCULANTE				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP.....	218	215	218	215
Contribuição Patrocinadora - Plano Único.....	37	34.814	31.792	34.814
Contrato 1254/95 - CEEEPREV	37	3.012	3.161	3.012
Contribuição Patrocinadora - CEEEPREV.....	37	46.356	44.222	46.356
Contrato 1254/95 - Plano Único	37	2.949	2.949	2.811
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		50.147	46.528	50.147
	<u>128.870</u>	<u>137.355</u>	<u>128.870</u>	<u>137.355</u>
NÃO CIRCULANTE				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP.....	2.002	2.019	2.002	2.019
Provisão Plano Único	67.589	79.440	67.589	79.440
Contrato 1254/95 - Plano Único		32.569	31.232	32.569
Provisão Plano CEEEPREV	634.416	614.772	634.416	614.772
Contrato 1254/95 - CEEEPREV	33.475	34.909	33.475	34.909
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA	164.889	179.404	164.889	179.404
	<u>933.603</u>	<u>943.113</u>	<u>933.603</u>	<u>943.113</u>
Total	<u>1.062.473</u>	<u>1.080.468</u>	<u>1.062.473</u>	<u>1.080.468</u>

Notas Explicativas

23.1. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, a Companhia, provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

23.2. Planos de Benefícios CEEEPREV

O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O benefício saldado é um benefício vitalício proporcionado a uma parcela de participantes do CEEEPREV que migraram do Plano Único. É o valor calculado no momento dessa migração, com base em Nota Técnica Atuarial e atualizado pelo Índice de Reajuste do Plano, tendo como finalidade preservar os direitos já acumulados dos ex-participantes do Plano Único, o qual tem características de plano de benefício definido.

Os benefícios do CEEEPREV são acessíveis a todos os empregados da categoria CLT da Companhia, onde esta efetua contribuições de forma conjunta com seus empregados. O Plano CEEEPREV é viabilizado também por uma contribuição suplementar de amortização de responsabilidade da patrocinadora do plano, na forma da lei, denominada Reserva a Amortizar.

Em 2014, houve a implantação das alterações regulamentares do plano CEEEPREV, aprovadas pela Portaria nº 213/2014. As alterações contemplaram a recomposição dos Benefícios Saldado e Referencial dos participantes que migraram do Plano Único, atribuindo a estes, o crescimento de 3% ao ano de novembro de 2002 até a data em que o empregado completar as carências para a aposentadoria normal (55 anos de idade e 10 anos de contribuição) ou até a data em que se desvinculou da patrocinadora, o que ocorrer primeiro.

23.3. Plano Único

O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Este plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Por imposição da Constituição Brasileira, em conformidade com toda a legislação infraconstitucional de regência, e, com fundamento nas normas administrativas previdenciárias do Brasil, a Companhia, na condição de patrocinadora de Plano de Benefício Definido para seus funcionários – Plano Único decidiu reconhecer os eventuais déficits atuariais na forma paritária.

A Lei Complementar nº 108/2001 disciplina, nos termos de seu artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive no tocante às Sociedades de Economia Mista, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar. Nessa esteira, o Parágrafo 1º, artigo 6º da referida Lei determina que “A contribuição normal do patrocinador para plano de benefício definido, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador”. Ainda é vedado ao patrocinador, pelo Parágrafo 3º, da mesma Lei Complementar, assumir encargos adicionais para financiamento dos planos de benefício, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável, e, na medida em que a Resolução do Conselho Gestor de Previdência Complementar – CGPC Nº 26/2008 determina em seu art. 29º que “O resultado deficitário apurado no plano de benefícios deverá ser equacionado por participantes, assistidos e patrocinadores, observada a proporção contributiva em relação às contribuições normais vigentes no período em que for apurado o resultado, estabelecendo-se os montantes de cobertura atribuíveis aos patrocinadores, de um lado, e aos participantes e assistidos, de outro, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano de benefícios administrado pela EFPC”, a Companhia, na qualidade de

Notas Explicativas

empresa de economia mista patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente apurado. Considerando a natureza societária da Companhia (Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores, o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária, em aderência as manifestações pretéritas exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

23.4. Provisão para Complementação Aposentadoria - Ex-Autárquicos - Lei Estadual nº 3.096/56 - EXA

Esta provisão, registrada conforme o cálculo atuarial refere-se ao compromisso da Companhia com empregados denominados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia por força da Lei Estadual nº 4.136/61.

Entre as vantagens adquiridas por esses servidores encontra-se o direito de reajuste dos proventos de aposentadoria na proporção de 70% do aumento que os servidores da ativa possuísem. Este percentual é denominado complementação. Adicionalmente, suplementa-se o que já fora revisado com mais 30% de modo a assegurar aos ex-autárquicos a integralidade dos proventos em relação ao que percebiam os ativos, por imposição da Lei Estadual nº 3.096, de 31 de dezembro de 1956.

Assim, essa é uma obrigação não gerenciável pela Companhia, que se deriva da sua constituição originária, sendo um compromisso previdenciário pós-emprego de caráter vitalício e com benefícios definidos, sendo assumido pela Companhia o pagamento integral destes proventos.

No início do exercício de 2012, a Companhia obteve o direito de receber da União 1,2 bilhões pelo pagamento dessas obrigações, sendo que o recebimento desse direito comportou os exercícios de 1981 até fevereiro de 1993, nos termos do processo de liquidação judicial nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2.

No final do exercício de 2014, considerando a completude e o esgotamento de todos os elementos referentes à 1ª ação de cobrança, a Companhia interpôs contra União e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, uma nova ação (Processo Judicial nº 0002230-10.2015.4.01.3400), de natureza declaratória, cumulada com pedido indenizatório, requerendo a indenização dos valores despendidos após o exercício de 1993 até os dias atuais, a serem quantificados em liquidação de sentença.

24. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
CIRCULANTE				
Conta de Desenv. Energético - Quota da CDE	7.490	12.314	7.490	12.314
RGR - Conta de Fornecedor a Pagar	134	279	134	279
Recursos P&D	47.733	46.059	47.733	46.059
Recursos FNDCT	726	740	726	740
Recursos MME	362	370	362	370
	<u>56.445</u>	<u>59.762</u>	<u>56.445</u>	<u>59.762</u>
NÃO CIRCULANTE				
Recursos P&D	18.474	14.371	18.474	14.371
	<u>18.474</u>	<u>14.371</u>	<u>18.474</u>	<u>14.371</u>

24.1. Programa Pesquisa e Desenvolvimento

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o P&D é um programa de investimento, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para as concessionárias de energia elétrica, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resulta na capacitação e desenvolvimento tecnológico.

Ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento, a Companhia destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida. A aplicação dos recursos, registrada no ativo circulante, perfaz o montante de R\$10.396 referente ao P&D (vide nota explicativa nº 9.1).

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME.

Notas Explicativas

25. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária que na avaliação da administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, atribuem riscos prováveis, possíveis e remotos. As contingências são atualizadas pelo TR (taxa referencial) mais 1% juros ao mês. Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

	CONTROLADORA							
	30/09/2019				31/12/2018			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Riscos Prováveis	154.499	79.737	5.138	239.374	139.615	77.121	5.067	221.803
Riscos Possíveis	40.925	94.088	804	135.817	42.755	3.882	66	46.703
	<u>195.424</u>	<u>173.825</u>	<u>5.942</u>	<u>375.191</u>	<u>182.370</u>	<u>81.003</u>	<u>5.133</u>	<u>268.506</u>

25.1. Composição dos processos de riscos prováveis

A provisão e contas a pagar reconhecido sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

	CONTROLADORA			
	30/09/2019			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão.....	29.447	2.012	-	31.459
Passivo não circulante				
Saldo da provisão.....	125.052	77.725	5.138	207.915
Subtotal Riscos Prováveis	154.499	79.737	5.138	239.374
(-) Depósitos judiciais.....	(42.279)	(44)	(9)	(42.332)
Total não circulante	82.773	77.681	5.129	165.583
Total geral	112.220	79.693	5.129	197.042
	CONSOLIDADO			
	30/09/2019			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão.....	29.447	2.012	-	31.459
Passivo não circulante				
Saldo da provisão.....	127.773	77.725	5.138	210.637
Subtotal Riscos Prováveis	157.220	79.737	5.138	242.095
(-) Depósitos judiciais.....	(42.279)	(44)	(9)	(42.332)
Total não circulante	85.494	77.681	5.129	168.304
Total geral	114.941	79.693	5.129	199.763
	CONTROLADORA			
	31/12/2018			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão.....	36.708	440	-	37.148
Passivo não circulante				
Saldo da provisão.....	102.907	76.681	5.067	184.655
Subtotal Riscos Prováveis	139.615	77.121	5.067	221.803
(-) Depósitos judiciais.....	(34.766)	(57)	(14)	(34.837)
Total não circulante	68.141	76.624	5.053	149.818
Total geral	104.849	77.064	5.053	186.966
	CONSOLIDADO			
	31/12/2018			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão.....	36.708	440	-	37.148
Passivo não circulante				
Saldo da provisão.....	105.628	76.681	5.067	187.376
Subtotal Riscos Prováveis	142.336	77.121	5.067	224.524
(-) Depósitos judiciais.....	(34.766)	(57)	(14)	(34.837)
Total não circulante	70.862	76.624	5.053	152.539
Total geral	107.570	77.064	5.053	189.687

Notas Explicativas

25.2. Movimentação da provisão para contingências

	CONTROLADORA			
	Movimentação da Provisão para Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2018	104.849	77.064	5.053	186.966
(+) Novos Ingressos	41.803	1.210	6	43.019
(-) Pagamentos	(21.272)	(2.803)	(2)	(24.077)
(-) Montantes Revertidos	(13.076)	(2.880)	(12)	(15.968)
(+) Atualização Monetária	7.430	7.088	80	14.598
(+/-) Montantes Depositados	(7.514)	14	4	(7.496)
(=) Saldo Final Setembro/2019	112.220	79.693	5.129	197.042

	CONSOLIDADO			
	Movimentação da Provisão para Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2018	107.570	77.064	5.053	189.687
(+) Novos Ingressos	41.803	1.210	6	43.019
(-) Pagamentos	(21.272)	(2.803)	(2)	(24.077)
(-) Montantes Revertidos	(13.076)	(2.880)	(12)	(15.968)
(+) Atualização Monetária	7.430	7.088	80	14.598
(+/-) Montantes Depositados	(7.514)	14	4	(7.496)
(=) Saldo Final Setembro/2019	114.941	79.693	5.129	199.763

25.3. Natureza das ações

25.3.1. Trabalhistas

A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise das chances de êxito da Companhia envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e os efeitos financeiros das contingências foram determinados com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a CEEE GT referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, correto enquadramento, prêmio assiduidade e outras.

25.3.2. Cíveis

A Companhia está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável, pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação e revisão de contratos.

25.3.3 Tributárias

O saldo provisionado de R\$5.129 refere-se à eventual insuficiência no recolhimento de contribuições previdenciárias relacionadas ao Auto de Lançamento nº 35.067.180-0. A Companhia busca defesa na esfera administrativa, classificando o processo, através de opinião legal, como perda provável.

Com relação aos contenciosos cujo entendimento legal opina por expectativa de perda possível, as principais questões são:

25.3.3.1. Contribuições Previdenciárias

Com relação à matéria previdenciária a CEEE-GT impugnou cobranças relativas à suposta insuficiência de recolhimento sobre os serviços contratados bem como a eventual inconsistência em obrigações acessórias que somam aproximados R\$804.

Notas Explicativas

25.3.3.2. Tributos Federais (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, IRRF)

No tocante aos tributos federais a Companhia possui cerca de R\$38.236 em compensações que estão na fase de discussão de sua homologação junto ao ente fazendário, principalmente referentes a pagamentos indevidos de PIS e COFINS, face ao extinto art. 3º, parágrafo 1º da Lei nº 9.718/98.

26. OUTROS PASSIVOS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
CIRCULANTE				
Comp. Financ para Utilização de Recursos Hídricos	103	99	103	99
Obrigações com Obras da Transmissão	7.500	12.140	7.500	12.140
Acordo Judicial Trabalhista.....	-	267	-	267
Conta Gráfica	8.207	-	8.207	-
Outros Credores	2.008	31.386	2.367	36.648
	<u>17.818</u>	<u>43.892</u>	<u>18.177</u>	<u>49.154</u>
NÃO CIRCULANTE				
Provisão Auto de Infração	507	4.903	507	4.903
Acordo Judicial Trabalhista.....	1.200	1.200	1.200	1.200
Comercialização de Energia na CCEE	49.219	47.281	49.219	47.281
Outros Credores	9.592	5.057	65.708	61.957
	<u>60.519</u>	<u>58.441</u>	<u>116.635</u>	<u>115.341</u>

26.1. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$49.219 (R\$47.281 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à provisão de energia comprada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (órgão sucessor do Mercado Atacadista de Energia – MAE) no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. A Companhia ajuizou ações no intuito de suspender o andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para novembro de 2002, remanescendo suspenso tais valores até a decisão final.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, por solicitação da Companhia, efetuou a mensuração dos valores devidos e, considerando a avaliação do órgão competente, a provisão foi ajustada aos valores calculados pela CCEE.

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

27.1. Base de Cálculo dos Tributos Diferidos

Nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12), a Companhia estimou seus tributos diferidos cotejando as diferenças temporárias tributáveis com as diferenças temporárias dedutíveis e créditos fiscais não utilizados.

27.1.1. Diferenças Temporárias Tributáveis

O valor das diferenças temporárias tributáveis compõe-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Reconhecimento do Custo Atribuído	39.040	46.163	39.040	46.163
Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda	14.372	161	14.372	161
Exclusão Temporária	47.835	39.425	47.835	39.425
Exclusão Temporária - MP 579/2012 (Renovação das	1.169.661	1.272.575	1.169.661	1.272.575
Base de Cálculo do Passivo Fiscal Diferido	1.270.908	1.358.324	1.270.908	1.358.324
IR e CS (Alíquota 34%)	432.109	461.830	432.109	461.830
IR e CS (Redutor 30% - RIR/99, Art.510)	(125.797)	(133.840)	(125.797)	(133.840)
Total do Passivo Fiscal Diferido	<u>306.312</u>	<u>327.990</u>	<u>306.312</u>	<u>327.990</u>

O valor dessas diferenças temporárias tributáveis constitui-se preponderantemente da importância relativa à indenização dos ativos da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE).

Notas Explicativas

O montante desse passivo fiscal diferido, referente a Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre a indenização da RBSE foi calculado à alíquota de 34%, líquido da redução de 30%, a título de compensação dos prejuízos fiscais de IRPJ e da base negativa de CSLL, nos termos da legislação tributária. O valor reconhecido totaliza, em 30 de setembro de 2019, R\$ 306.312.

27.1.2. Diferenças Temporárias Dedutíveis e Créditos Fiscais Não Utilizados

A Companhia, em consonância com o CPC 32 (IAS 12), contabiliza seu ativo fiscal diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social calculado à alíquota de 34%. Esse ativo refere-se ao valor do tributo sobre o lucro, que será recuperado em período futuro, relacionado a diferenças temporárias entre a base de cálculo fiscal e a base de cálculo societária da CEEE-GT, assim como referente aos créditos de prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, originados de períodos anteriores. Conforme a legislação tributária vigente, o limite de compensação dos prejuízos fiscais de IRPJ e da base negativa de CSLL é de 30% do lucro real apurado em cada exercício, tendo natureza imprescritível.

O CPC 32 (IAS 12) descreve as condições para o reconhecimento do ativo fiscal diferido. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovam a realização desse crédito fiscal. A Companhia revisa anualmente o estudo técnico de realização do crédito, sendo que o valor do ativo fiscal diferido reconhecido pela CEEE-GT não foi incrementado no exercício de 2018.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56)	211.455	226.307	211.455	226.307
Provisão para Contingências Trabalhistas	112.221	104.849	112.221	104.849
Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis	80.336	77.676	80.336	77.676
Total das Diferenças Temporárias	404.012	408.832	404.012	408.832
Alíquota IRPJ/CSLL	34%	34%	34%	34%
Total do Crédito Fiscal s/Diferenças Temporárias	137.364	139.003	137.364	139.003
Base Negativa da CSLL	115.859	228.080	115.859	228.080
CSLL Diferida (Alíquota 9%)	10.427	20.527	10.427	20.527
Prejuízos Fiscais do IRPJ	462.571	574.792	462.571	574.792
IRPJ Diferido (Alíquota 25%)	115.643	143.698	115.643	143.698
Total do Crédito Fiscal s/ PF do IRPJ e BN da CSLL	126.070	164.225	126.070	164.225
Crédito Fiscal não Reconhecido.....	(193.039)	(232.833)	(193.039)	(232.833)
Saldo Contábil.....	70.395	70.395	70.395	70.395
Saldo Contábil Diferenças Temporárias.....	28.334	28.334	28.334	28.334
Saldo Contábil Crédito Fiscal s/PF do IRPJ e BN da CSLL	42.061	42.061	42.061	42.061
Saldo Contábil Total.....	70.395	70.395	70.395	70.395

27.1.3. Tributos Diferidos Líquidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Débitos Tributários Diferidos.....	306.312	327.990	306.312	327.990
Créditos Tributários Diferidos.....	(70.395)	(70.395)	(70.395)	(70.395)
Saldo Contábil Líquido.....	235.917	257.595	235.917	257.595

27.2. Estimativa de Liquidação dos Tributos Diferidos

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 371/2002, a análise de realização do valor contábil do ativo diferido é elaborada anualmente pela Companhia, com base em estudo técnico que projeta a expectativa de resultados tributáveis em um período de 10 anos.

As estimativas de recuperação dos créditos fiscais foram suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício de 2018. Nesse sentido, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Portanto, não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimentos.

Notas Explicativas

A Administração estimou a realização do passivo fiscal diferido nos exercícios futuros, cotejando com a estimativa de realização do ativo fiscal diferido.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Exercício de 2019.....	24.182	49.413	24.182	-
Exercício de 2020.....	39.616	44.530	39.616	32.950
Exercício de 2021.....	38.323	43.289	38.323	29.553
Exercício de 2022.....	45.913	50.566	45.913	27.687
Exercício de 2023.....	29.196	32.687	29.196	47.483
A partir do Exercício de 2024.....	58.687	37.110	58.687	66.104
	<u>235.917</u>	<u>257.595</u>	<u>235.917</u>	<u>203.777</u>

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

28.1. Capital Social

O Capital Social é representado por 9.680.746 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 9.516.732 ações ordinárias e 164.014 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Companhia no montante de R\$915.632, com a seguinte composição:

	CONTROLADORA						CONTROLADORA	
	30/09/2019						31/12/2018	
	Ordinárias		Preferenciais		Total		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-PAR.....	6.380.821	67,05	1.087	0,66	6.381.908	65,92	6.381.908	65,92
ELETOBRÁS.....	3.067.035	32,23	87.639	53,43	3.154.674	32,59	3.154.674	32,59
Ações Pulverizadas.....	33.528	0,35	20.622	12,57	54.150	0,56	54.150	0,56
Outros.....	35.348	0,37	54.666	33,33	90.014	0,93	90.014	0,93
	<u>9.516.732</u>	<u>100,00</u>	<u>164.014</u>	<u>100,00</u>	<u>9.680.746</u>	<u>100,00</u>	<u>9.680.746</u>	<u>100,00</u>

28.2. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA	
	30/09/2019	31/12/2018
Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	14.372	161
Custo atribuído dos Ativos de Geração.....	25.767	30.468
Perda Atuarial.....	(701.396)	(701.395)
Adoção CPC 47.....	160.780	183.303
	<u>(500.477)</u>	<u>(487.463)</u>

28.3. Reserva de Lucros

A reserva de lucros é composta da Reserva Legal, Reserva Estatutária, Reserva Especial de Lucros a Realizar e da Reserva de Dividendos não Distribuídos.

28.3.1. Reserva Legal

Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. Em 2018 a Companhia destinou R\$ 31.176 para Reserva Legal.

Notas Explicativas

28.3.2. Reserva Especial de Lucros a Realizar

A Companhia considerou que os valores de RBSE que causaram impacto no resultado, seguem a aplicação do ICPC01 (R1) e não compõem a parcela realizada do lucro líquido do exercício, destinando o resultado desta operação para reserva de lucros a realizar. A designação desta reserva acontece para demonstrar que a realização deste lucro só ocorrerá em exercícios futuros, e quando realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo para aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros, conforme proposta da administração. A reserva de lucros a realizar totalizava o montante de R\$ 194.505, que em dezembro de 2018 passou a fazer parte dos Dividendos não distribuídos.

28.3.3. Dividendos Não Distribuídos

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia constitui o montante de R\$604.136 registrados a título de Reserva Especial de Dividendos Remanescentes à Disposição da AGO e em 2018 R\$237.440, totalizando um saldo de R\$ 841.576.

Estes dividendos serão pagos conforme disponibilidade de caixa, de acordo com a Lei 6.404, artigo 202, §4º.

28.3.4. Reserva Estatutária

O estatuto da Companhia determina a destinação de 10% do lucro líquido com a finalidade de expansão das instalações, tendo por limite 10% do Capital Social. Em 2018 a Companhia destinou o montante de R\$ 62.354 para esta reserva.

28.4 Reserva de Incentivos Fiscais

A Administração da Companhia constituiu a Reserva de Incentivos Fiscais em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6404/76, no valor de R\$1.153.687 correspondente à Conta de Resultados a Compensar - CRC contabilizada no resultado do exercício de 2009 e atualizada nos exercícios de 2010 em R\$10.728 e R\$44.889 em 01 de janeiro de 2012 perfazendo total de R\$1.209.304. No exercício de 2017 foram capitalizados R\$ 200.000 da Reserva de Incentivos Fiscais, restando um saldo de R\$ 1.009.304.

29. LUCRO POR AÇÃO

O numerador utilizado para cálculo do lucro básico e diluído foi o lucro líquido após os tributos.

Os saldos compõem-se de:

29.1. Básico

	30/09/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido do Período.....	261.572	4.508	266.080
Denominador Básico			
Média das Ações	9.516.732	164.014	9.680.746
Prejuízo Básico e Diluído por Ação - R\$	27,49	27,49	27,49

	30/09/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido do Período.....	74.502	1.284	75.786
Denominador Básico			
Média das Ações	9.516.732	164.014	9.680.746
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação - R\$	7,83	7,83	7,83

29.2. Diluído

	30/09/2019	30/09/2018
Lucro/(Prejuízo) para as ações ordinárias.....	261.572	74.502
Lucro/(Prejuízo) para as ações preferenciais.....	4.508	1.284
	266.080	75.786
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias	9.516.732	9.516.732
Ações Preferenciais	164.014	164.014
	9.680.746	9.680.746
Lucro/(Prejuízo) Diluído por Ação - R\$	27,49	7,83

Notas Explicativas

30. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/07/2019 à 30/09/2019	01/01/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018	01/07/2019 à 30/09/2019	01/01/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018
Receita Bruta								
Suprimento de Energia Elétrica	104.311	280.429	92.272	240.391	104.333	280.582	92.272	240.649
Disponibilização do Sistema de Transmissão	234.344	653.704	200.482	632.716	234.344	653.704	200.178	632.716
Amortização Ativo Financeiro	(105.706)	(301.917)	(99.514)	(315.527)	(105.706)	(301.917)	(99.514)	(315.527)
Remuneração do Ativo Financeiro	116.960	221.624	54.542	151.531	122.499	241.445	68.736	171.062
Energia Elétrica de Curto Prazo	6.919	87.285	23.555	67.043	6.919	87.285	23.555	67.043
Receita de Construção	10.182	59.172	32.760	86.326	9.323	67.259	34.447	101.599
	<u>367.011</u>	<u>1.000.297</u>	<u>304.098</u>	<u>862.480</u>	<u>371.713</u>	<u>1.028.358</u>	<u>319.674</u>	<u>897.542</u>
Deduções da Receita								
ICMS/ISS	(380)	(458)	-		(380)	(458)	-	-
PIS/COFINS	(31.124)	(88.471)	(28.257)	(82.851)	(31.373)	(89.019)	(28.287)	(82.969)
Quota RGR	(681)	(2.077)	(837)	(2.188)	(681)	(2.077)	(838)	(2.188)
Outros Encargos	(3.966)	(11.066)	(2.505)	(9.132)	(3.967)	(11.066)	(2.505)	(9.132)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT	(2.793)	(8.415)	14.753	(7.878)	(2.793)	(8.415)	(2.652)	(7.878)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(22.431)	(51.986)	(30.303)	(35.529)	(22.431)	(51.986)	(12.898)	(35.529)
Compensação Financeira Pela Util Rec Hidr -CFURH	(5.690)	(20.008)	(14.305)	(15.890)	(5.690)	(20.008)	(4.561)	(15.890)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica - TFSE	(835)	(2.324)	8.986	(2.343)	(835)	(2.324)	(758)	(2.343)
	<u>(67.900)</u>	<u>(184.805)</u>	<u>(52.469)</u>	<u>(155.811)</u>	<u>(68.150)</u>	<u>(185.353)</u>	<u>(52.499)</u>	<u>(155.929)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>299.111</u>	<u>815.492</u>	<u>251.629</u>	<u>706.669</u>	<u>303.563</u>	<u>843.005</u>	<u>267.175</u>	<u>741.613</u>

30.1. Suprimento de Energia Elétrica

O valor de R\$280.429 (R\$240.391 em 30 de setembro de 2018) refere-se às receitas provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEARs, Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEALs e pela disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas.

30.2. Disponibilização do Sistema de Transmissão

O valor de R\$653.704 (R\$632.716 em 30 de setembro de 2018) refere-se às receitas derivadas da disponibilização do sistema de Conexão e do Sistema de Transmissão a terceiros.

30.3. Remuneração do Ativo Financeiro

O valor de R\$221.624 (R\$151.531 em 30 de setembro de 2018) é composto pela atualização do ativo financeiro relativa aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente – RBSE e também à remuneração dos demais ativos.

31. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/07/2019 à 30/09/2019	01/01/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018	01/07/2019 à 30/09/2019	01/01/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018
Energia Elétrica de Curto Prazo	(5.385)	(5.442)	(4)	(182)	(5.385)	(5.442)	(4)	(182)
Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros	(11.888)	(30.701)	(38.326)	(106.670)	(11.888)	(30.701)	(38.326)	(106.670)
Encargo de Uso do Sistema	(14.922)	(41.263)	(13.713)	(40.855)	(14.922)	(41.263)	(13.713)	(40.855)
	<u>(32.194)</u>	<u>(77.406)</u>	<u>(52.043)</u>	<u>(147.707)</u>	<u>(32.194)</u>	<u>(77.406)</u>	<u>(52.043)</u>	<u>(147.707)</u>

Notas Explicativas

32. CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

32. 1. Controladora

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	01/07/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018	01/07/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018	01/07/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018	01/07/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018	01/07/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	38.995	43.369	-	-	7.278	7.377	-	-	46.274	50.746
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	18.198	18.559	-	-	8.319	8.186	-	-	26.517	26.744
INSS - Empregador	8.159	8.026	-	-	1.437	1.299	-	-	9.597	9.325
Administradores	66	69	-	-	128	146	-	-	194	215
Subtotal Pessoal / Administradores	65.418	70.023	-	-	17.163	17.008	-	-	82.581	87.032
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	1.319	2.468	-	-	-	-	-	-	1.319	2.468
Total Pessoal e Administradores	66.738	72.491	-	-	17.163	17.008	-	-	83.901	89.499
Material	(451)	439	-	-	520	105	-	-	69	544
Serviço de Terceiros	11.367	10.229	-	-	2.015	2.311	-	-	13.382	12.541
Depreciação e Amortização	4.930	5.465	-	-	2.538	558	-	-	7.468	6.024
Custo de Construção	10.182	32.760	-	-	-	-	-	-	10.182	32.760
Arrendamento e Aluguéis	1.483	1.580	-	-	66	71	-	-	1.549	1.650
Tributos	1.550	489	-	-	13	241	-	-	1.563	730
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa.....	-	-	(1.463)	2.043	-	-	-	-	(1.463)	2.043
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	7.706	6.930	7.706	6.930
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	2.729	(4.988)	2.729	(4.988)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	7	77	7	77
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	43	985	43	985
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	(50)	877	(50)	877
Outros	4	4	-	-	166	(58)	369	(4.681)	540	(4.736)
TOTAL	95.803	123.457	(1.463)	2.043	22.682	20.236	10.804	(800)	127.828	144.936

Notas Explicativas

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	01/01/2019 à 30/09/2019	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2019 à 30/09/2019	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2019 à 30/09/2019	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2019 à 30/09/2019	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2019 à 30/09/2019	01/01/2018 à 30/09/2018
	Pessoal e Administradores									
Remuneração e Encargos	120.612	124.900	-	-	21.545	22.437	-	-	142.158	147.336
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	54.844	53.718	-	-	25.078	26.588	-	-	79.921	80.306
INSS - Empregador	23.138	23.293	-	-	4.229	3.791	-	-	27.368	27.084
Administradores	203	221	-	-	363	545	-	-	566	766
Subtotal Pessoal / Administradores	198.796	202.132	-	-	51.215	53.361	-	-	250.012	255.493
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	5.507	5.914	-	-	-	-	-	-	5.507	5.914
Total Pessoal e Administradores	204.304	208.046	-	-	51.215	53.361	-	-	255.519	261.407
Material	390	998	-	-	703	271	-	-	1.093	1.269
Serviço de Terceiros	31.313	25.338	-	-	6.412	6.131	-	-	37.725	31.469
Depreciação e Amortização	15.031	15.811	-	-	7.479	1.619	-	-	22.510	17.430
Custo de Construção	59.172	86.326	-	-	-	-	-	-	59.172	86.326
Arrendamento e Aluguéis	4.728	4.302	-	-	174	138	-	-	4.902	4.440
Seguros	3	-	-	-	200	-	-	-	203	-
Tributos	2.201	1.821	-	-	2.537	612	-	-	4.738	2.433
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa.....	-	-	2.247	(534)	-	-	-	-	2.247	(534)
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	36.480	42.414	36.480	42.414
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	7.338	(2.579)	7.338	(2.579)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	47	188	47	188
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	430	19	430	19
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	7.023	931	7.023	931
Outros	38	13	-	-	970	228	(10.166)	(1.330)	(9.158)	(1.089)
TOTAL	317.177	342.655	2.247	(534)	69.691	62.360	41.152	39.643	430.267	444.124

Notas Explicativas

32. 2. Consolidado

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	01/07/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018	01/07/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018	01/07/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018	01/07/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018	01/07/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	38.995	43.369	-	-	7.704	7.377	-	-	46.699	50.746
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	18.198	18.559	-	-	8.319	8.186	-	-	26.517	26.745
INSS - Empregador	8.159	8.026	-	-	1.437	1.299	-	-	9.597	9.325
Administradores	67	69	-	-	(74)	51	-	-	(7)	120
Subtotal Pessoal / Administradores	65.420	70.023	-	-	17.386	16.913	-	-	82.805	86.936
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	1.318	2.468	-	-	-	-	-	-	1.318	2.468
Total Pessoal e Administradores	66.738	72.491	-	-	17.386	16.913	-	-	84.123	89.404
Material	(451)	439	-	-	520	105	-	-	70	544
Serviço de Terceiros	12.564	10.390	-	-	2.112	2.790	-	-	14.676	13.180
Depreciação e Amortização	4.930	5.465	-	-	2.538	558	-	-	7.468	6.023
Custo de Construção	10.677	46.430	-	-	-	-	-	-	10.677	46.430
Arrendamento e Aluguéis	1.483	1.580	-	-	66	71	-	-	1.549	1.651
Seguros	-	-	-	-	204	70	-	-	204	70
Tributos	1.550	489	-	-	64	246	-	-	1.614	735
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa.....	-	-	(1.463)	2.043	-	-	-	-	(1.463)	2.043
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	7.706	6.930	7.706	6.930
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	2.729	(4.988)	2.729	(4.988)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	7	77	7	77
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	43	985	43	985
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	(50)	877	(50)	877
Outros	9.454	98	-	-	335	(170)	369	(4,667)	10.159	(4,739)
TOTAL	106.945	137.382	(1,463)	2,043	23,227	20,583	10,804	(786)	139,513	159,222

Notas Explicativas

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	01/01/2019 à 30/09/2019	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2019 à 30/09/2019	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2019 à 30/09/2019	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2019 à 30/09/2019	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2019 à 30/09/2019	01/01/2018 à 30/09/2018
	Pessoal e Administradores									
Remuneração e Encargos	120.612	124.900	-	-	22.393	22.437	-	-	143.005	147.337
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	54.844	53.718	-	-	25.078	26.588	-	-	79.921	80.306
INSS - Empregador	23.138	23.293	-	-	4.229	3.791	-	-	27.367	27.084
Administradores	203	221	-	-	363	886	-	-	566	1.107
Subtotal Pessoal / Administradores	198.796	202.132	-	-	52.063	53.702	-	-	250.860	255.834
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	5.507	5.914	-	-	-	-	-	-	5.507	5.914
Total Pessoal e Administradores	204.303	208.046	-	-	52.063	53.702	-	-	256.366	261.748
Material	390	998	-	-	703	271	-	-	1.094	1.269
Serviço de Terceiros	34.250	25.613	-	-	6.752	6.802	-	-	41.002	32.415
Depreciação e Amortização	15.031	15.811	-	-	7.479	1.619	-	-	22.510	17.430
Custo de Construção	79.081	113.582	-	-	-	-	-	-	79.081	113.582
Arrendamento e Aluguéis	4.728	4.302	-	-	174	138	-	-	4.901	4.440
Seguros	3	-	-	-	216	81	-	-	219	81
Tributos	2.201	1.821	-	-	2.615	647	-	-	4.816	2.468
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa.....	-	-	2.247	(534)	-	-	-	-	2.247	(534)
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	36.480	42.414	36.480	42.414
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	7.338	(2.579)	7.338	(2.579)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	47	188	47	188
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	430	19	430	19
Baixas e Custas Depósitos Judiciais.....	-	-	-	-	-	-	7.023	931	7.023	931
Outros	20.887	116	-	-	1.483	246	(10.166)	(1.302)	12.204	(940)
TOTAL	360.872	370.289	2.247	(534)	71.486	63.506	41.152	39.671	475.757	472.932

Notas Explicativas

33. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/07/2019 à 30/09/2019	01/01/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018	01/07/2019 à 30/09/2019	01/01/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018
OUTRAS RECEITAS								
Ganho nas Alienações	342	1.889	6	98	343	1.889	6	98
Receita de Prestação de Serviços	3.707	10.751	2.976	8.497	3.707	10.751	2.976	8.497
Compartilhamento de Infraestrutura.....	3.147	3.147	-	-	3.147	3.147	-	-
Outras	(3.239)	(381)	155	542	(3.240)	(381)	156	543
	<u>3.957</u>	<u>15.407</u>	<u>3.137</u>	<u>9.137</u>	<u>3.957</u>	<u>15.407</u>	<u>3.138</u>	<u>9.138</u>
OUTRAS DESPESAS								
Perdas na Alienação e Desat. de Bens e Direitos	(2.157)	(4.543)	(2.813)	(5.615)	(2.157)	(4.543)	(2.813)	(5.615)
Outras	(139)	(548)	1.779	1.415	(139)	(548)	1.779	1.415
	<u>(2.296)</u>	<u>(5.091)</u>	<u>(1.034)</u>	<u>(4.200)</u>	<u>(2.296)</u>	<u>(5.091)</u>	<u>(1.034)</u>	<u>(4.200)</u>

34. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/07/2019 à 30/09/2019	01/01/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018	01/07/2019 à 30/09/2019	01/01/2019 à 30/09/2019	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018
RECEITAS FINANCEIRAS								
Renda de Aplicações Financeiras.....	4.348	10.786	6.889	19.288	4.301	10.786	6.889	19.318
Receitas Financeiras com Parcelamentos	1.518	4.705	4.006	6.059	1.518	4.705	4.006	6.059
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos.	9.125	55.275	57.688	66.418	9.125	55.275	57.688	66.418
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais.....	1.507	3.900	1.238	3.473	1.507	3.900	1.238	3.473
Atualização das Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	1.626	8.991	3.366	10.012	1.626	8.991	3.366	10.012
Outras Receitas Financeiras	5.135	15.361	(164)	606	5.238	15.462	(127)	666
Total Receita Financeira	<u>23.259</u>	<u>99.018</u>	<u>73.023</u>	<u>105.856</u>	<u>23.315</u>	<u>99.119</u>	<u>73.060</u>	<u>105.946</u>
DESPESAS FINANCEIRAS								
Encargos de Dívidas	(5.975)	(18.455)	(9.835)	(19.317)	(5.975)	(18.455)	(9.835)	(19.317)
Despesas Financeiras com P&D	(833)	(2.410)	(2.399)	(2.399)	(833)	(2.410)	(2.399)	(2.399)
Despesa Financeira com Tributos.....	(395)	(955)	(801)	(2.313)	(395)	(955)	(801)	(2.313)
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos.	(53.082)	(95.452)	(71.583)	(138.883)	(53.082)	(95.452)	(71.583)	(138.883)
Atualização Monetária dos Autos de Infração e Notif.....	(1)	(2)	393	(63)	(1)	(2)	393	(63)
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	(11.918)	(18.628)	(4.818)	(4.827)	(11.918)	(18.628)	(4.818)	(4.827)
Despesa Financeira Recontabilização CCEE.....	(45)	(2.709)	(7.392)	(28.122)	(45)	(2.709)	(7.392)	(28.122)
Outras Despesas Financeiras	(134)	(2.778)	1.810	(2.188)	(164)	(2.884)	1.792	(2.285)
Total Despesa Financeira	<u>(72.383)</u>	<u>(141.390)</u>	<u>(94.625)</u>	<u>(198.112)</u>	<u>(72.413)</u>	<u>(141.495)</u>	<u>(94.643)</u>	<u>(198.209)</u>
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	<u>(49.124)</u>	<u>(42.373)</u>	<u>(21.602)</u>	<u>(92.256)</u>	<u>(49.098)</u>	<u>(42.376)</u>	<u>(21.583)</u>	<u>(92.263)</u>

Notas Explicativas

35. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da despesa com Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social – CSLL divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de setembro de 2019 e 30 de setembro de 2018:

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	01/07/2019 à 30/09/2019		01/07/2018 à 30/09/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Líquido/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	141.630	141.630	73.620	73.620
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	14.871	8.922	7.730	4.638
IRPJ - Adicional de 10%	9.908	-	5.148	-
Imposto de renda e contribuição antes das Adições e Exclusões	24.779	8.922	12.878	4.638
Ajustes Decorrentes da Lei nº 12.973/2014	(2.528)	(910)	6.824	2.457
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício ...	(8.605)	(3.098)	(5.919)	(2.131)
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes.....	32	12	64	23
IRPJ e CS sobre Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações ...	13.678	4.926	13.847	4.987
Incentivo PAT = 4%.....	(328)	-	(332)	-
Salário Maternidade - Prorrogação.....	(96)	-	(254)	-
Total IRPJ e CSLL Corrente	13.254	4.926	13.261	4.987
Total IRPJ e CSLL Diferido - Diferenças Temporárias	2.441	879	(7.636)	(2.750)
Total IRPJ e CSLL Diferido - Ajustes IFRS	284	102	589	213
IR CS Diferidos	2.725	981	(7.047)	(2.537)
Total IRPJ e CSLL	15.979	5.907	6.214	2.450

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	01/01/2019 à 30/09/2019		01/01/2018 à 30/09/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Líquido/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	342.142	342.142	136.550	136.550
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	35.925	21.554	14.338	8.603
IRPJ - Adicional de 10%	23.932	-	9.541	-
Imposto de renda e contribuição antes das Adições e Exclusões	59.857	21.554	23.879	8.603
Ajustes Decorrentes da Lei nº 12.973/2014	12.021	4.328	20.928	7.534
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício ...	(6.517)	(2.346)	(389)	(140)
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes.....	82	30	114	41
IRPJ e CS sobre Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações ...	65.443	23.566	44.532	16.038
Incentivo PAT = 4%.....	(1.571)	-	(1.069)	-
Salário Maternidade - Prorrogação.....	(197)	-	(280)	-
Total IRPJ e CSLL Corrente	63.675	23.566	43.183	16.038
Total IRPJ e CSLL Diferido - Diferenças Temporárias	(12.944)	(4.660)	(21.891)	(7.881)
Total IRPJ e CSLL Diferido - Ajustes IFRS	695	250	1.752	631
IR CS Diferidos	(12.249)	(4.410)	(20.139)	(7.250)
Total IRPJ e CSLL	51.426	19.156	23.044	8.788

As controladas Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB e Complexo Eólico Povo Novo apuram os referidos tributos através da metodologia de apuração do Lucro Presumido, totalizando a controlada TESB em 30 de setembro de 2019 a despesa de R\$339, referente ao Imposto de Renda e à Contribuição Social.

36. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 22 apresentamos as Informações das Unidades de Negócio: Geração e Transmissão. A coluna eliminações refere-se a operações entre os segmentos Geração e Transmissão.

Notas Explicativas

36.1. Balanço Patrimonial

36.1.1. Ativo

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
ATIVO	1.844.953	1.664.181	3.730.114	3.604.973	(420.622)	(266.533)	5.154.445	5.002.621
CIRCULANTE	623.989	440.346	1.398.523	1.229.811	(420.622)	(266.533)	1.601.890	1.403.624
Caixa e Equivalentes de Caixa	345.391	181.773	1.047	423	-	-	346.438	182.196
Investimentos em Títulos do Governo.....	27.799	25.088	90.537	77.646	-	-	118.336	102.734
Concessionárias e Permissionárias.....	22.156	19.833	87.258	81.500	-	-	109.414	101.333
Tributos a Recuperar.....	671	14.347	857	7.770	-	-	1.527	22.117
Estoques.....	7.854	14.483	10.313	13.026	-	-	18.169	27.509
Ativo Financeiro da Concessão.....	6.277	6.106	120.088	110.784	-	-	126.364	116.890
RBSE.....	-	-	299.851	282.770	-	-	299.851	282.770
Pagamentos Antecipados.....	-	443	1.629	632	-	-	1.629	1.075
Investimentos Mantidos para Venda.....	156.554	110.721	333.331	334.846	-	-	489.885	445.567
Outros Créditos a Receber.....	57.287	67.552	453.612	320.415	(420.622)	(266.533)	90.276	121.434
NÃO CIRCULANTE	1.220.964	1.223.835	2.331.591	2.375.162	-	-	3.552.555	3.598.997
Tributos a Recuperar.....	6	6	-	-	-	-	6	6
Aplicações Financeiras.....	7	9	-	-	-	-	7	9
Depósitos Judiciais	19.396	18.898	34.964	26.824	-	-	54.360	45.722
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.....	7.719	7.037	105.371	71.031	-	-	113.090	78.068
Ativo Financeiro da Concessão.....	143.131	130.331	665.814	642.093	-	-	808.945	772.424
RBSE.....	-	-	1.322.575	1.412.735	-	-	1.322.575	1.412.735
Bens e Direitos Dest. a Alienação e Bens de Renda.....	1.708	1.709	395	395	-	-	2.103	2.104
Outros Créditos a Receber.....	371.475	371.615	5.607	5.636	-	-	377.081	377.251
Investimentos.....	188.408	184.983	120.232	140.082	-	-	308.640	325.065
Imobilizado.....	454.458	468.004	75.163	74.913	-	-	529.621	542.917
Intangível.....	34.655	41.243	1.470	1.453	-	-	36.126	42.696

36.1.2. Passivo

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
PASSIVO	1.844.953	1.664.181	3.730.114	3.604.973	(420.622)	(266.533)	5.154.445	5.002.621
CIRCULANTE	577.374	486.659	361.854	438.218	(420.622)	(266.533)	518.606	658.344
Fornecedores.....	19.675	109.915	18.125	27.282	-	-	37.800	137.197
Obrigações Trabalhistas.....	(4.135)	(1.867)	46.952	37.628	-	-	42.817	35.761
Obrigações Fiscais.....	2.851	928	16.580	26.511	-	-	19.431	27.439
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	11.422	10.752	31.078	28.232	-	-	42.500	38.984
Provisão para Benefícios a Empregados.....	67.602	62.379	61.268	74.976	-	-	128.870	137.355
Obrigações da Concessão.....	19.179	18.574	37.266	41.188	-	-	56.445	59.762
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	9.462	8.938	21.997	28.210	-	-	31.459	37.148
Outros Passivos.....	434.666	277.040	3.774	33.385	(420.622)	(266.533)	17.818	43.892
Dividendos Obrigatórios.....	16.652	-	124.814	140.806	-	-	141.466	140.806
NÃO CIRCULANTE	799.220	804.535	1.174.289	1.167.162	-	-	1.973.509	1.971.697
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	131.281	132.132	428.132	416.227	-	-	559.413	548.359
Provisão para Benefícios a Empregados.....	496.125	503.894	437.478	439.219	-	-	933.603	943.113
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	102.769	102.866	62.814	46.952	-	-	165.583	149.818
Obrigações da Concessão.....	7.633	6.060	10.841	8.311	-	-	18.474	14.371
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....	4.014	4.154	231.903	253.441	-	-	235.917	257.595
Outros Passivos.....	57.398	55.429	3.121	3.012	-	-	60.519	58.441
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	468.359	372.987	2.193.971	1.999.593	-	-	2.662.330	2.372.580
Capital Social	97.790	97.790	817.843	817.843	-	-	915.633	915.633
Outros Resultados Abrangentes	(193.204)	(193.964)	(307.273)	(293.499)	-	-	(500.477)	(487.463)
Reserva Legal.....	4.558	7.575	26.618	23.601	-	-	31.176	31.176
Reserva Estatutária.....	9.117	15.153	53.237	47.201	-	-	62.354	62.354
Reserva Especial - Dividendo Não Distribuído.....	49.434	139.273	792.142	702.303	-	-	841.576	841.576
Reserva de Incentivos Fiscais	307.160	307.160	702.144	702.144	-	-	1.009.304	1.009.304
Lucros (Prejuízos) Acumulados	193.503	-	109.260	-	-	-	302.764	-

Notas Explicativas

36.2. Demonstração do Resultado do Exercício

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	339.957	299.373	475.535	407.296	-	-	815.492	706.669
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(176.917)	(258.596)	(217.666)	(231.765)	-	-	(394.583)	(490.362)
Custo com Energia Elétrica	(77.406)	(147.707)	-	-	-	-	(77.406)	(147.707)
Custo de Operação	(99.511)	(110.890)	(217.666)	(231.765)	-	-	(317.177)	(342.655)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	163.040	40.776	257.870	175.531	-	-	420.909	216.307
Despesas Operacionais	(43.382)	(43.658)	(69.707)	(57.811)	-	-	(113.090)	(101.469)
Despesas com Vendas	(1.151)	(2.738)	(1.096)	3.272	-	-	(2.247)	534
Despesas Gerais e Administrativas	(34.840)	(31.180)	(34.850)	(31.180)	-	-	(69.691)	(62.360)
Outras Despesas Operacionais	(7.391)	(9.740)	(33.761)	(29.903)	-	-	(41.152)	(39.643)
Outras Receitas	6.383	5.075	9.024	4.062	-	-	15.407	9.137
Outras Despesas	(2.240)	(483)	(2.850)	(3.717)	-	-	(5.091)	(4.200)
RESULTADO DO SERVIÇO	123.800	1.710	194.336	118.065	-	-	318.135	119.775
Resultado de Participações Societárias	76.432	52.065	(15.532)	28.034	-	-	60.900	80.099
Receita(Despesa) Financeira	1.934	(30.570)	(44.307)	(61.686)	-	-	(42.373)	(92.256)
RESULTADO ANTES DO IR E CS	202.166	23.205	134.497	84.413	-	-	336.663	107.618
Imposto de Renda Corrente	(22.094)	(1.812)	(41.581)	(41.371)	-	-	(63.675)	(43.183)
Imposto de Renda Diferido	(190)	(480)	12.439	20.619	-	-	12.249	20.139
Contribuição Social Corrente	(8.172)	(712)	(15.394)	(15.326)	-	-	(23.566)	(16.038)
Contribuição Social Diferido	(69)	(173)	4.478	7.423	-	-	4.410	7.250
PREJUÍZO DO PERÍODO	171.641	20.028	94.439	55.758	-	-	266.080	75.786
Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$	0,44	0,05	0,24	0,08	-	-	0,69	7,83
Lucro Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$	0,44	0,05	0,24	0,08	-	-	0,69	7,83

37. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	CONTROLADORA					Total
		30/09/2019					
		Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-D	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas	
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	5	343.193	-	-	-	-	343.193
Concessionárias e Permissionárias	6	-	65.716	-	-	-	65.716
Cedência de funcionários	9	466	59	-	-	-	524
Mútuo CEEE-D	9	-	373.170	-	-	-	373.170
Outros (custos a Reembolsar)	9	-	-	-	-	15.528	15.528
		343.659	438.945	-	-	15.528	798.132
Passivo							
Contribuição Patrocinadora	23	-	-	-	76.015	-	76.015
Conta Gráfica	26	-	8.207	-	-	-	8.207
Empréstimo circulante	23	-	-	-	6.110	-	6.110
Empréstimo não circulante	23	-	-	-	64.707	-	64.707
		-	8.207	-	146.832	-	155.039
Resultado							
Renda da Prestação de Serviços		-	-	-	-	(2.699)	(2.699)
Suprimento de Energia Elétrica		-	2.845	-	-	-	2.845
Disponibilização do Sistema de Transmissão		-	62.871	-	-	-	62.871
Despesa operacional – Pessoal		-	-	-	2.348	-	2.348
Receita financeira		8.046	17.047	-	-	-	25.093
		8.046	82.763	-	2.348	(2.699)	90.458

Notas Explicativas

31/12/2018						
Nota Explicativa	Governo do Estado do Rio Grande do Sul					Total
	CEEE-D	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas		
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	5	181.036	-	-	-	181.036
Concessionárias e Permissionárias	6	-	2.160	-	-	2.160
Cedência de funcionários	9	450	59	-	-	509
Conta Gráfica	9	-	2.437	-	-	2.437
Mútuo CEEE-D	9	-	373.240	-	-	373.240
		<u>181.486</u>	<u>377.896</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>559.382</u>
Passivo						
Contribuição Patrocinadora	23	-	-	83.871	-	83.871
Empréstimo circulante	23	-	-	5.823	-	5.823
Empréstimo não circulante	23	-	-	67.479	-	67.479
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>157.173</u>	<u>-</u>	<u>157.173</u>
Resultado						
Renda da Prestação de Serviços		-	-	-	10.253	10.253
Suprimento de Energia Elétrica		-	1.045	-	-	1.045
Disponibilização do Sistema de Transmissão		-	85.766	-	-	85.766
Despesa operacional – Pessoal		-	-	(2.167)	-	(2.167)
Receita financeira		7.158	-	-	-	7.158
		<u>7.158</u>	<u>86.811</u>	<u>-</u>	<u>10.253</u>	<u>102.055</u>
30/09/2018						
		<u>7.158</u>	<u>86.811</u>	<u>-</u>	<u>10.253</u>	<u>102.055</u>

37.1. Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia considera como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros do Conselho de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em 30 de setembro de 2019 foi de R\$388 (R\$648 em 30 de setembro de 2018), contando com diretores empregados e não-empregados.

A remuneração dos Diretores não-empregados com vínculo empregatício em outro órgão é composta do seu salário integral (reembolsado pela Companhia ao órgão de origem) mais a verba de representação. A remuneração dos Diretores não-empregados sem vínculo empregatício em outro órgão é composta de honorários mais a verba de representação.

	CONTROLADORA							
	30/09/2019				30/09/2018			
	Remuneração Honorário	Encargos	Benefícios	Total	Remuneração Honorário	Encargos	Benefícios	Total
Diretoria	158	29	24	212	290	76	25	391
Conselho de Administração	147	29	-	176	215	43	-	258
Total	305	59	24	388	505	119	25	648

38. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e para os demais, os respectivos valores contábeis, devido a sua natureza de realização, como segue:

Notas Explicativas

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Ativos Financeiros					
Mensurados a Custo Amortizado					
Numerário Disponível		3.245	1.161	3.485	1.632
Concessionárias e Permissionárias	6	109.414	101.333	110.976	101.551
Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado					
SIAC/BANRISUL		343.193	181.035	344.941	184.969
Ativo de Concessão - Financeiro	13	1.622.425	1.695.505	1.622.425	1.695.505
Mensurados a Valor Justo por Meio de Outro Resultado Abrangente					
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar-CRC	10	118.336	102.734	118.336	102.734
		<u>2.196.614</u>	<u>2.081.768</u>	<u>2.200.164</u>	<u>2.086.391</u>
Passivos Financeiros					
Mensurados ao Custo Amortizado					
Fornecedores	19	37.800	137.197	44.066	142.923
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	22	602.913	587.343	602.913	587.343
TOTAL		<u>640.713</u>	<u>724.540</u>	<u>646.979</u>	<u>730.266</u>

38.1. Gerenciamento de Riscos Financeiros

A companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

38.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das Informações Trimestrais foi:

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	346.438	182.195	348.426	186.600
Concessionárias e Permissionárias	6	109.414	101.333	110.976	101.551
Investimento em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	118.336	102.734	118.336	102.734
Ativo de Concessão - Financeiro	13	1.622.425	1.695.505	1.622.425	1.695.505
TOTAL		<u>2.196.614</u>	<u>2.081.767</u>	<u>2.200.164</u>	<u>2.086.390</u>

Os saldos apresentados em Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras do não circulante referem-se respectivamente a recursos depositados em instituições bancárias e a montantes aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC/BANRISUL.

O risco inerente às aplicações e investimentos que a Companhia possui é considerado baixo uma vez que são oriundos, conforme legislação vigente, de aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul e de investimentos em Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN – B.

O segmento de Geração da companhia CEEE-GT possui Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e no Ambiente Livre - CCEALs. As receitas atreladas a estes contratos possuem, como forma de mitigação dos riscos de crédito, mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes, Cartas de Fiança Bancária, Cartas de Fiança Corporativa ou Certificados de Depósito Bancário – CDBs.

A receita proveniente de usinas prorrogadas e que disponibilizam energia na forma de Cotas de Garantia Física de Energia e Potência tem como garantia de pagamento os Contratos de Constituição de Garantia (CCGs) celebrados entre distribuidora e órgãos reguladores.

No geral a Administração entende que o risco de crédito no qual a Companhia está exposta é baixo, devido às características das contrapartes, as garantias financeiras apresentadas e a diversificação de clientes.

Notas Explicativas

I. Perdas por redução no valor recuperável – (Impairment)

A Companhia mensura pelo custo histórico de aquisição ou construção o seu imobilizado e intangível, deduzido de depreciação e amortização acumulada, respectivamente, e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

II. Garantias

A Companhia não possui operações com garantias.

III. Derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

38.1.2. Risco de Preço

O segmento de Geração tem uma remuneração chamada de Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, referente à disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas. Esta variável é reajustada anualmente pela variação do IPCA e revisada a cada cinco anos, sendo uma das componentes da Receita Anual de Geração – RAG, a qual deve permitir, de acordo com o contrato de concessão, a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

Outra parcela da remuneração, proveniente dos CCEARS e CCEALS, tem seus preços definidos a partir de leilões regulados ou chamadas/ofertas públicas, cujos contratos apresentam cláusulas de reajuste por índices de inflação como IPCA e IGPM.

A energia não comercializada fica sujeita às variações do preço de mercado, e aquela não vendida em contrato é liquidada ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, valor calculado e divulgado semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE, cujos limites máximos e mínimos são estabelecidos anualmente pela ANEEL.

O segmento de Transmissão tem sua remuneração definida pela ANEEL através da receita permitida e reajustada, conforme cláusulas contratuais ou pelo IGP-M ou pelo IPCA. As receitas, de acordo com o contrato de concessão, devem permitir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

38.1.3. Risco de Mercado

No Ambiente de Contratação Regulada - ACR o risco de mercado é baixo por envolver agentes de distribuição que compram sua energia em leilões promovidos pelos órgãos reguladores do Setor Elétrico. Essas empresas têm contratos de concessão de não circulante, portanto mais estáveis.

No Ambiente de Contratação Livre - ACL os agentes negociam a compra e venda em condições livremente acordadas entre as partes, à exceção de empresas estatais, cujos contratos são resultado de ofertas e chamadas públicas. Os contratos no ACL normalmente possuem menor duração se comparados com o ACR, sendo um mercado mais dinâmico, o que pode trazer inconsistências econômicas e contratuais provenientes da concorrência entre as empresas, tornando os agentes, no geral, mais instáveis.

As Cotas de Garantia Física de Energia e Potência são alocadas, através de procedimentos estabelecidos pela ANEEL, às distribuidoras do país, apresentando baixo risco de mercado.

38.1.4. Risco da Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de perda por conta da variação cambial. O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator do risco cambial em virtude do seu endividamento atrelado à moeda estrangeira.

O risco cambial está atrelado aos contratos de Empréstimos e Financiamentos, vinculados ao Dólar Americano e que não possuem dispositivos de proteção contra alterações na taxa de câmbio.

Notas Explicativas

I. Análise de sensibilidade

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 30/09/2019 cuja cotação do dólar corresponde a R\$4,16 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio prevista na mediana das expectativas de mercado do Bacen para 31/12/2019, correspondente ao dólar a R\$4,00. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Itens	Cenário Base em 30/09/2019	Provável	25%	50%
Exposição US\$				
Empréstimos e Financiamentos	556.443	467.412	584.265	701.118
Passivo Líquido Exposto	556.443	467.412	584.265	701.118
Efeito Líquido da Variação Cambial			116.853	233.706

38.1.5. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A CEEE-GT se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando à necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

A tabela demonstra os valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo.

	Nota	CONTROLADORA				
		Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5
Ativos Financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	346.438	346.438	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias	0	109.414	109.414	-	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	118.336	118.336	-	-	-
Ativo de Concessão - Financeiro	13	1.622.425	299.851	202.803	608.410	511.362
		2.196.614	874.040	202.803	608.410	511.362
Passivos Financeiros						
Fornecedores	19	37.800	37.800	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	22	1.138.924	86.234	83.947	234.792	773.950
		1.176.724	124.034	83.947	234.792	773.950
CONSOLIDADO						
	Nota	Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5
Ativos Financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	348.426	348.426	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias	6	110.976	110.976	-	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	118.336	118.336	-	-	-
Ativo de Concessão - Financeiro	13	1.622.425	299.851	202.803	608.410	511.362
		2.200.164	877.590	202.803	608.410	511.362
Passivos Financeiros						
Fornecedores	19	44.066	44.066	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	22	1.178.923	86.234	83.947	234.792	773.950
		1.222.989	130.300	83.947	234.792	773.950

38.1.6. Gestão de Capital

A Companhia visa uma estrutura de capital que seja coerente com o cenário macroeconômico e setorial e que também seja capaz de salvaguardar sua capacidade de continuidade a fim de que se mantenha a confiança do investidor e que seja possível a captação de novos financiamentos para garantir a execução de seus investimentos.

Por meio de uma estrutura de capital saudável é possível equilibrar o saldo de dívidas e de patrimônio e para manter ou ajustar a sua estrutura de capital, a Companhia tem a possibilidade de revisar a sua prática de pagamento de dividendos, de alongar o perfil de sua dívida bem como de alienar os ativos alheios à concessão.

Notas Explicativas

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora a sua estrutura de capital por meio do endividamento do patrimônio líquido. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital próprio. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de circulante e não circulante), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e de investimentos em títulos do governo. O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Endividamento					
Empréstimos e Financiamentos	22	601.913	587.343	601.913	587.343
Caixa e equivalentes de caixa	5	(346.438)	(182.195)	(348.426)	(186.600)
Investimento em Títulos do Governo	10	(118.336)	(102.734)	(118.336)	(102.734)
Dívida Líquida		<u>137.139</u>	<u>302.414</u>	<u>135.151</u>	<u>298.009</u>
Patrimônio Líquido		<u>2.660.330</u>	<u>2.372.580</u>	<u>2.667.278</u>	<u>2.388.818</u>
Endividamento do Patrimônio Líquido		<u>0,05</u>	<u>0,13</u>	<u>0,05</u>	<u>0,12</u>

38.1.7. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados à inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado da Companhia.

I. Análise de sensibilidade

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por CDI e IPCA. A CEEE-GT desenvolveu a análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto das taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre os seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 30/09/2019 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores - CDI/Selic previstos na mediana das expectativas do Relatório Focus, do Bacen, de 30/12/2019. Para os cenários possível e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

	Nota Explicativa	Índices	CONTROLADORA/ CONSOLIDADO			
			Cenário Base em 30/09/2019	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	22					
BNDES		TJLP	45.470	62.663	55.208	70.118
Exposição Líquida			<u>(45.470)</u>	<u>(62.663)</u>	<u>(55.208)</u>	<u>(70.118)</u>
Efeito esperado no Resultado				<u>(17.193)</u>	<u>7.455</u>	<u>(14.910)</u>

Além da análise de sensibilidade em atendimento à Instrução CVM nº475/08, a Companhia avaliou os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido de seus instrumentos financeiros tendo em vista os riscos avaliados na data das Informações Trimestrais conforme sugerido no CPC 48 e IFRS 9.

Sendo assim, a administração de uma maneira geral, entende que os possíveis efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna do cenário projetado provável da tabela acima.

38.1.8. Valor Justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Notas Explicativas

	Nota	CONTROLADORA	
		Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	346.438	346.438
Concessionárias e Permissionárias.....	0	109.414	109.414
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	10	118.336	118.336
Ativo de Concessão - Financeiro.....	13	1.622.425	1.622.425
		<u>2.196.614</u>	<u>2.196.614</u>
Passivos Financeiros			
Fornecedores.....	19	37.800	37.800
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	22	602.913	1.138.924
		<u>640.713</u>	<u>1.176.724</u>
		CONSOLIDADO	
	Nota Explicativa	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	348.426	348.426
Concessionárias e Permissionárias.....	0	110.976	110.976
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	10	118.336	118.336
Ativo de Concessão - Financeiro.....	13	1.622.425	1.622.425
		<u>2.200.164</u>	<u>2.200.164</u>
Passivos Financeiros			
Fornecedores.....	19	44.066	44.066
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	22	602.913	1.178.923
		<u>646.979</u>	<u>1.222.989</u>

Assume-se que os instrumentos financeiros que a Companhia possui, exceto na rubrica Empréstimos e Financiamentos, estão registrados com um valor próximo ao seu respectivo valor de mercado, em razão da sua natureza e prazo de realização.

38.1.9. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

	Valor contábil 30/09/2019	CONTROLADORA		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
SIAC/BANRISUL.....	343.193	-	343.193	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	118.336	118.336	-	-
Ativo de Concessão - Financeiro.....	1.622.425	-	-	1.622.425
	<u>2.083.954</u>	<u>118.336</u>	<u>343.193</u>	<u>1.622.425</u>
		CONSOLIDADO		
	Valor contábil 30/09/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
SIAC/BANRISUL.....	344.941	-	344.941	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	118.336	118.336	-	-
Ativo de Concessão - Financeiro.....	1.622.425	-	-	1.622.425
	<u>2.085.703</u>	<u>118.336</u>	<u>344.941</u>	<u>1.622.425</u>

Notas Explicativas

38.1.10. Apuração do Valor Justo

Nível 1 – O valor justo dos Investimentos em Títulos do Governo foi apurado e registrado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitaram tal cálculo.

Nível 2 – O valor justo da aplicação SIAC/BANRISUL uma vez que não possui mercado ativo, é avaliado utilizando metodologia de avaliação/apreçamento.

Nível 3 – O valor justo do Ativo de Concessão – Financeiro foi apurado por meio de técnicas que usam variáveis que tenham efeito significativo no valor justo registrado, mas que não são baseadas em dados observáveis no mercado.

38.2. Gerenciamento de Riscos Relacionados à Companhia e suas Operações

38.2.1. Riscos Hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional - SIN é realizado, na sua maior parte, a partir de usinas hidrelétricas, as quais estão sujeitas ao risco de escassez de água ao longo do tempo. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, cada usina hidrelétrica está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na sua região geográfica como em outras regiões do país.

O arranjo institucional estabelecido pelo Poder Concedente procura reduzir o risco hidrológico destes empreendimentos através da definição de uma garantia física e da instituição do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Este mecanismo é um instrumento financeiro de compartilhamento do risco hidrológico entre todos os agentes de geração hidrelétricos, sendo compulsório para todas as usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da Garantia Física, poderá resultar em exposições no Mercado de Curto Prazo – MCP, podendo impactar negativamente a Companhia, apesar dos mecanismos de mitigação de risco existentes.

O risco hidrológico associado às usinas que foram prorrogadas no âmbito da Lei nº 12.783/2013, o que no caso da CEEE-GT representa cerca de 47% de sua garantia física, são de responsabilidade das empresas Distribuidoras que recebem as Cotas de Garantia Física de Energia e Potência.

38.2.2. Riscos Ambientais

O Brasil possui uma das legislações ambientais mais severas do mundo. A legislação brasileira impõe sanções que responsabilizam e exigem um grande esforço das empresas nacionais para o seu atendimento. Os processos de produção envolvidos no setor de geração e transmissão de energia produzem impactos ambientais, muitas vezes significativos, que precisam ser prevenidos e minimizados, sob pena de acarretarem grandes prejuízos ao meio ambiente e conseqüentemente ao agente responsável, independentemente da ação ter sido realizada inadvertidamente. Desta forma, além dos recursos financeiros necessários para a recuperação da área atingida pela degradação ambiental, a empresa responsável poderá ter seus dirigentes envolvidos em processos civis, administrativos e penais.

A recuperação de áreas afetadas ambientalmente normalmente exige recursos expressivos que poderiam ser destinados a novos investimentos voltados exclusivamente para a atividade fim da Companhia.

A questão da sustentabilidade, envolvendo as áreas ambiental, social e financeira, tem levado as empresas a buscarem ferramentas que possibilitem desenvolver suas atividades respeitando estes aspectos e potencializando diretrizes e políticas que viabilizem a integração de seus processos produtivos de forma atender os interesses da sociedade, respeitando o meio ambiente e propiciando uma constante expansão e crescimento do seu negócio.

Notas Explicativas

39. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são consideradas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. Não faz parte da revisão do Auditor Independente este julgamento da Administração.

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram àqueles considerados essenciais, em que ocorrendo o sinistro, implicará a possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço.

O seguro patrimonial contratado tem vigência de 13/04/2019 à 13/04/2020. O valor do ativo segurado na área de geração é de R\$62.034 e o valor do prêmio é de R\$62 no segmento de transmissão o valor do ativo segurado é de R\$258.383 e o valor do prêmio é de R\$258.

40. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

40.1. Reajuste Tarifário – Geração

A ANEEL publicou no último dia 26/07, a Resolução Homologatória nº 2.587, de 23/07/2019, que homologa as Receitas Anuais de Geração (RAG) das usinas hidrelétricas em regime de cotas nos termos da Lei nº 12.783/2013, com vigência de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

Os novos valores da RAG são oriundos do processo de reajuste tarifário realizado para o ciclo 2019-2020, e contemplam os valores do Custo da Gestão dos Ativos de Geração (GAG), acrescidos dos Encargos de Uso e Conexão aos Sistemas de Distribuição e Transmissão, da Parcela Ajuste por Indisponibilidade Apurada ou Desempenho Apurado (Ajl), da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) e dos custos associados aos programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&D/PEE). As parcelas de GAG são compostas pela parcelas de GAGO&M, destinada à cobertura dos custos operacionais, de GAGMelhorias, destinada à cobertura dos investimentos em melhorias, e do Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis (CAIMI), destinada à cobertura dos investimentos em bens não reversíveis como software e veículos.

A Receita Anual de Geração (RAG) do conjunto de usinas cotistas da CEEE-GT teve um incremento de 2,79% em comparação com o ciclo 2018/2019, totalizando o montante de R\$ 118,4 Milhões.

40.2. Reajuste Tarifário - Transmissão

O Reajuste Anual da Transmissão da CEEE-GT, que trouxe a nova RAP (Receita Anual Permitida) está válido desde 1º de julho de 2019, conforme Resolução Homologatória (REH) da Aneel nº 2.565/2019 (Ciclo 2019/2020). A nova RAP da Transmissora totaliza R\$ 729.282 milhões e começa a ingressar no caixa da empresa a partir de agosto de 2019, nela está incluído incremento de R\$ 38,8 milhões provenientes de obras novas e de atualização monetária, em comparação ao Ciclo 2018/2019.

41. Eventos Subsequentes

Na reunião do dia 23 de outubro de 2019 o Conselho de Administração da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT, autorizou o cancelamento e encerramento do processo de Desinvestimento da CEEE-GT nas investidas Companhia Energético Rio das Antas – CERAN, Campos Novos Energia – ENERCAN, Chapecoense Geração S/A – CHAPECOENSE, Transmissora Sul Litorânea de Energia – TSLE, Fronteira Oeste Transmissora de Energia – FOTE e Empresa de Transmissão do Alto Uruguai - ETAU.

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo

Diretor Presidente

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Elisangela Moura Rodrigues

Contadora CRCRS 62384

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIARIAS

À

AOS ADMINISTRADORES E ACIONISTAS

COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-GT

Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três e nove meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 - Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Engagements to Review Historical Financial Statements, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Chamamos a atenção para a “Nota 1.2 – Desestatização” às informações contábeis intermediárias, que remete ao processo de desestatização, uma vez que foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o Projeto de Lei nº 263/2019, que autorizou o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a promover medidas de desestatização da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, sendo autorizada a alienação ou a transferência da participação societária seus ativos e inclusive o controle acionário do Estado do Rio Grande do Sul na holding e suas subsidiárias, conforme exposto na referida nota explicativa. Nosso relatório de revisão não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício e período anteriores

Os valores correspondentes às informações contábeis intermediárias da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, referentes ao período de seis meses findo em 30 de setembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 09 de novembro de 2018, sem modificação.

São Paulo, 06 de novembro de 2019.

MACIEL AUDITORES S/S

2 CRC RS – 5.460/0-O “T” SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA

Contador 1CRC RS – 71.505/O-3 – “T” – SP

Sócio Responsável Técnico

LUCIANO GOMES DOS SANTOS

Contador CRC RS – 59.628/O-2

Sócio Responsável Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em atendimento a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas da CEEE-GT relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019.

Porto Alegre, 05 de novembro de 2019.

MARCO DA CAMINO ANCONA LOPEZ SOLIGO

Diretor Presidente

LÚCIO DO PRADO NUNES

Diretor

GIOVANI FRANCISCO DA SILVA

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento A Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da Maciel Auditores S/S relativamente às Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas da CEEE-GT referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019.

Porto Alegre, 05 de novembro de 2019.

MARCO DA CAMINO ANCONA LOPEZ SOLIGO

Diretor Presidente

LÚCIO DO PRADO NUNES

Diretor

GIOVANI FRANCISCO DA SILVA

Diretor